

Benvindo Soares Évora



ANÁLISE TEÓRICO-LITERÁRIA DA OBRA

O ESCRAVO

NUMA VISÃO ESPÁCIO-TEMPORAL

LICENCIATURA EM ESTUDOS CABO-VERDIANOS E PORTUGUESES

ISE - 2006

BENVINDO SOARES ÉVORA

Análise teórico-literária da obra *O Escravo* numa visão espaço-temporal

**Trabalho científico apresentado no ISE para obtenção do grau de Licenciado em
Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, sob orientação da Dr^a Maria de Fátima Fernandes**

O Júri

Instituto Superior de Educação, Praia, ____ de Outubro de 2006

DEDICATÓRIA

À minha esposa **Ruth Helena de Lourdes Cabral Neves Évora** e a todos os meus filhos, que muito colaboraram comigo na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho pretende encerrar as actividades da minha licenciatura em **Estudos Cabo-verdianos e Portugueses**, cuja concretização só foi possível graças aos diversos apoios manifestados.

Agradeço à **Dr^a. Maria de Fátima Fernandes**, a quem muito prezo e devo a orientação deste trabalho, a confiança em mim depositada para a sua realização, o estímulo dado e o apoio científico prestado de forma incansável.

Ao **Dr. Arnaldo França**, pela disponibilidade que sempre mostrou ter, e ainda pelo apoio prestado na facultação dos documentos e das informações úteis na prossecução dos trabalhos.

Finalmente, resta-me manifestar a todos quantos directa ou indirectamente me incentivaram e ajudaram a prosseguir o curso, em particular à minha família, aos meus amigos e colegas de trabalho.

Um muito obrigado a todos.

“... uns boçais (...) outros ladinos, que falam a língua portuguesa, e chamam-se crioulos não porque tenham nascido em Cabo Verde, mas porque se criaram ali desde pequenos” (...) “Outros chamam-se naturais e nasceram e criaram-se na mesma ilha de Cabo Verde e foram baptizados quando crianças...”¹

Pe. Alonso de Sandoval

¹ Dulce Almada Duarte, *Bilinguismo ou Diglossia?*, p.144.

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Introdução	7
 Capítulo I	
1.1 Percurso histórico do romance <i>O Escravo</i> – Contextualização	9
1.2 O Conceito de “espaço” – breve perspectiva teórica	21
1.3 Os espaços literários da obra e espaços físicos actuais da cidade da Praia e arredores.	24
 Capítulo II	
2.1 Confrontação entre os espaços referidos na obra e a sua actual localização	32
 Capítulo III	
3.1 A dimensão simbólica do espaço n’ <i>O Escravo</i>	42
3.2 Relação entre a dimensão espacial e a tragédia	45
3.3 Relação entre o real (realidade social) e o literário da obra (ficcional)	46
 Conclusão	 49
 Bibliografia	 51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho incide sobre o romance *O Escravo*, do autor José Evaristo d'Almeida. Trata-se de uma das obras mais antigas do espaço literário cabo-verdiano, publicada em 1856 e cuja composição tipográfica se fez a partir de uma fotocópia de um exemplar, propriedade dos descendentes do autor, mais precisamente dos irmãos Silvestre e Amiro Faria, que mais tarde seria facultada por este, aquando da sua deslocação a Portugal, ao escritor Manuel Ferreira.

O resultado que aqui se apresenta tem como objectivo geral tentar desenvolver uma **análise teórico-literária** da obra *O Escravo* numa visão espaço-temporal. Como objectivos específicos pretendemos identificar os espaços em que decorrem as acções do romance, reflectir sobre a importância dos espaços e o modo como os mesmos reflectem o plano ideológico do autor da obra, problematizar e ou questionar a partir da actualização das referências espaço-temporais, a simbologia presente na relação entre a dimensão espacial e a tragédia.

Optámos por dar continuidade ao trabalho desenvolvido para a obtenção do grau de Bacharel, procurando desenvolver uma análise teórico-literária mais aprofundada do romance. Neste caso, em termos metodológicos, elegemos como linha de análise uma pesquisa essencialmente bibliográfica, complementada com a recolha de informação oral junto de personalidades vivas e residentes nesta cidade.

No que diz respeito à estrutura apresentaremos na primeira parte um levantamento bibliográfico sobre *O Escravo*, delineando o seu percurso histórico, seguido de uma abordagem do conceito de *espaço* numa perspectiva teórica para estabelecer uma relação entre os espaços literários (enquanto categoria narrativa) e os espaços físicos da actual cidade da Praia e os seus arredores. A segunda parte tratará da identificação dos espaços na obra em estudo. A terceira parte abordará a dimensão simbólica do espaço no romance, procurando a identificação dos espaços **símbolos** e a relação entre a dimensão espacial e a tragédia que marca a acção do romance. Segue-se um quarto momento no qual registamos as conclusões a que o estudo nos permitiu chegar.

Ao escolhermos a obra ***O ESCRAVO*** de José Evaristo d'Almeida para análise, estávamos cientes das dificuldades que nos esperavam. Isto, porque é uma obra de arte publicada há mais de cento e trinta anos e pouco conhecida no nosso meio, para além de as referências do seu autor, da sua época e do seu meio serem quase desconhecidas. Por este facto, o presente trabalho rende uma homenagem ao autor, pelo contributo dado à edificação das bases da Literatura cabo-verdiana.

José Evaristo d'Almeida nasceu em Portugal no século XIX e faleceu na Guiné-Bissau, no século XX. Esteve radicado em Cabo Verde, durante muitos anos onde deixou ilustres descendentes tais como Silvestre e Amiro Faria, ambos poetas. ***O ESCRAVO***, sendo o primeiro romance cabo-verdiano, é também por alguns considerado o primeiro romance africano de língua portuguesa, cuja acção decorre fundamentalmente na ilha de Santiago, concretamente na Vila da Praia.

A continuidade deste trabalho, ou seja, a releitura do primeiro estudo prende-se com a necessidade de aprofundar algumas análises feitas anteriormente, designadamente através da explicação do título, da problematização das fronteiras entre o **real** e o **ficcional**, isto é, entre o **literário** e o **não literário**, do aprofundamento da análise do ponto de vista **simbólico** de cada um dos espaços, em suma, responder à necessidade de complementar as informações do ponto de vista literário.

CAPÍTULO I

1.1. – Percurso histórico do romance *O Escravo* - Contextualização

Para o levantamento bibliográfico sobre o romance, consultámos documentos de autores destacados na matéria, designadamente, Maria Elsa Rodrigues dos Santos, Manuel da Veiga, Arnaldo França, José Maria Semedo e algumas referências de Pires Laranjeira. Pelo exposto, a escassez de informações e estudos sobre o autor e a sua obra – *O Escravo* constitui sem dúvida um dos constrangimentos ao aprofundamento do estudo proposto.

No concernente à problemática da escravatura em Cabo Verde, consultámos igualmente alguma bibliografia de especialistas nesse domínio, tais como: Manuel Roiz Lucas de (estudos publicados por António Carreira, 1987), António Correia e Silva, Ilídio Baleno, obras como a *História Geral de Cabo Verde*, Volume II, a *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*, e a revista *pré-textos* entre outros. Igualmente e à semelhança do que foi dito antes, relativamente à obra *O Escravo* e ao seu autor, - José Evaristo d’Almeida, não são muitas as informações existentes e, especialmente estudos sobre a escravatura em Cabo Verde. Daí, alguma dificuldade da nossa parte em apresentar um trabalho tanto quanto gostaríamos sobre essa matéria.

A obra *O Escravo* surgiu numa altura em que as grandes potências mundiais, nomeadamente a Inglaterra, ditavam o fim da escravatura. Na África lusófona, particularmente em Angola e Cabo Verde já se sentiam, através da literatura, algumas tendências de denúncia sobre o sistema escravocrata e das vicissitudes por que passava o povo dessas duas colónias portuguesas. No caso de Cabo Verde, foi pela pena de José Evaristo d’Almeida, um português, aqui radicado no século XIX e que mais tarde viria a falecer na Guiné-Bissau, que se deu conta dos primeiros indícios dessa denúncia. Em Cabo Verde, depois da introdução do prelo, em 1842 e da publicação do romance cabo-verdiano *O Escravo*, em 1856, em Lisboa, (no dizer de Pires Laranjeira, «Literatura Cabo-Verdiana: periodização»: 180) segue-se um longo período, ainda hoje mal conhecido no que respeita ao século XIX. Para provar o que aqui deixamos explícito, citamos um pequeno excerto desse autor:

«(...) até à publicação do livro de poemas *Arquipélago* (1935), de Jorge Barbosa, e da revista *Claridade* (1936), fundada por Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa, entre outros, em que se destacam José Lopes, Eugénio Tavares e Pedro Cardoso como representantes, respectivamente, da sedução clássica, crioula e pan-africanista. Outros se podem citar, como Januário Leite ou Pedro Corsino de Azevedo (...). A criação, em 1866, do Liceu-Seminário de São Nicolau (Ribeira Brava), que durou até 1928, muito contribuiu para o surgimento de uma classe de letrados equiparável ou superior à dos angolanos. Em 1877, criou-se a imprensa periódica não oficial. A publicação de dois livros de poemas de Eugénio Tavares, *Amor que salva e Mal de amor; coroa de espinhos*, em 1916, encerra a fase em que a atmosfera de fim-de-século se prolonga textualmente». ²

No entanto, a literatura cabo-verdiana, a partir da publicação da revista *Claridade*, que é tida como um marco, caminha a passos largos para evolução, no sentido de que ela é de facto uma referência na África Lusófona, juntamente com a literatura angolana. Os nossos poetas e escritores deixam de tratar temas como a seca, a estiagem, o mar e o evasãoismo, passando a abordar uma nova temática: o amor, a mulher, a crítica ao poder político que são temas universais, ou seja, a nossa literatura deixa de se circunscrever às questões da terra (regionalismo), para se dedicar à temática da universalidade.

Não esqueçamos o papel preponderante dos escritores da África Portuguesa, ou seja, das ex-colónias portuguesas, das décadas de 40/50, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, entre outros, para então aduzirmos Arménio Vieira (com a sua obra de dimensão universalista - *Eleito do Sol*), Germano Almeida, Luandino Vieira, Mia Couto, José Rui e outros da época contemporânea, cuja contribuição para a literatura moderna do mundo lusófono, é sobejamente conhecida à escala universal. Portanto, à laia de conclusão, diríamos que, se na fase de iniciação da literatura cabo-verdiana se podia caracterizá-la de incipiente, devido a factores já referidos, no século XIX e seguinte, ela toma uma nova dimensão e passa assim, a estar em constante germinação.

² Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa Literatura Cabo-verdiana*, periodização: p.180.

Depreende-se pelas razões anteriormente evocadas que, no período em que surgiu a obra *O Escravo*, a classe letrada, era reduzida dada a fraca escolarização dos residentes, aliado aos condicionalismos do acesso à informação para essa mesma classe, embora já tivesse registado a criação da imprensa no arquipélago.

No contexto do colonialismo, de certa forma, não havia interesse que o escravo tivesse acesso à escolarização, para que ele se mantivesse ignorante e alheio ao conhecimento do mundo que o rodeava, temendo-se assim a evolução que pudesse eventualmente alterar o *rumo* da sua vida. Por isso, muitas vezes o negro era maltratado, torturado, injuriado física e psicologicamente, conotado de *coisa*, *objecto*, e mesmo comparado a animais irracionais. Assim, concordamos quando se diz que:

*(...) Os textos literários efectivamente lidos eram quase só aqueles a que os “assimilados” tinham acesso na escolarização, (...)*³.

Sabemos que os primeiros mestres ou educadores em Cabo Verde terão sido os franciscanos chegados à Ilha de Santiago em 1466, ou seja, seis anos depois do achamento do Arquipélago. Desse modo e por ordem do rei, em 1546 alguns homens pretos e mestiços, devidamente qualificados, passam a ocupar os cargos públicos para os servir, o que prova que, na primeira metade do século XVI já funcionavam eficazmente as então chamadas “escolas de ler e escrever” ainda que em escala reduzida, pois se sabe que o bispo D. Frei Francisco da Cruz (1554-1571) leccionou na própria residência muitos ignorantes (escravos), exemplo que se generalizou por todas as paróquias, sem esquecer, contudo, os efeitos positivos da imprensa cabo-verdiana, cuja criação data de 1842 e o surgimento do Seminário de S. Nicolau em 1866.

Convém referir que o nascimento da imprensa em Cabo Verde foi o resultado de uma combinação de factores técnicos e culturais, uma vez que foi no próprio solo cabo-verdiano onde se formaram os leitores e os jornalistas que fizeram da imprensa cabo-verdiana um caso particular da África Portuguesa. Ao passo que em Angola e Moçambique, apesar da sua primazia, os leitores eram portugueses europeus, habituados a ler jornais da metrópole, que queriam saber

³ Pires Laranjeira, *Língua e Literatura nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, p.72.

notícias da sua terra, mais interessados em acompanhar as batalhas políticas travadas em Lisboa que as travadas em África, salvo algumas exceções, e os jornalistas, por sua vez, estavam mais virados para a luta e defesa dos interesses dos colonos (os seus únicos leitores) do que para os dos «nativos», desprezando estes últimos quase por completo (como possíveis leitores e entidades a defender).

Em Cabo Verde, pelo contrário, os leitores eram cabo-verdianos, interessados na metrópole mas também interessados na sua terra e na defesa dos seus interesses mesmo que estes fossem contrários aos da metrópole sendo os jornalistas, na sua maioria, homens formados nas ilhas e que escreviam para as suas gentes.

Deste modo, o autor Arnaldo França afirma: “*A prosa literária em Cabo Verde antecede de alguns anos a poesia pelo menos no conhecimento público, claro que a afirmação é limitativa: referimo-nos a uma sociedade possuidora de uma língua própria que literariamente se expressava em outra.*”⁴

De acordo com Alfredo Margarido, a lentidão do aparecimento das literaturas escritas na África Negra, se deve, por um lado, à oposição das sociedades africanas em relação à escrita e à dificuldade em instalar escolas e em arranjar alunos, porquanto se tem conhecimento de que as

⁴ Arnaldo França, *O Nascimento e Reconhecimento de uma Literatura em Prosa*, p.118

Reconhecendo embora a ocorrência de cabo-verdianos dedicados às letras desde o século XVI, de se inventariar e estudar em qualquer história da literatura nacional, não creio que desta se possa falar antes da segunda metade do século XIX, quando a introdução da imprensa entre nós (1842) possibilitou o aparecimento de um destinatário interno às vozes que se iriam revelando. Consequência e motor da formação de uma classe pequeno-burguesa, cuja contribuição ímpar ao desenvolvimento da unidade nacional viria a ditar a polémica tese de Amílcar Cabral, o ensino, a nível primário e secundário, com todos os entraves e naturais dificuldades, conheceu um período relevante que ditou o aumento da alfabetização à volta dos aglomerados urbanos e, por via do seminário-liceu de S. Nicolau, a formação de professores nativos e de um corpo de funcionalismo público e privado concorrente a congêneres metropolitanos em Cabo Verde e na colonização de territórios africanos sujeitos à soberania portuguesa. (...) A importância que a classe letrada foi ganhando no País poderá ser atestada por indicadores vários de que são mais significativos e referenciados por estudiosos da sociedade e da cultura cabo-verdiana: o elevado número de associações de natureza recreativa e cultural fundadas em todas as ilhas no período que medeia entre 1853 e o final do século; os gabinetes de leitura e as bibliotecas, sendo que a Praia é uma fonte de informação válida, conhecidos os livros e publicações cujos registos de entrada eram publicados periodicamente no Boletim Oficial; o surto de imprensa periódica a partir de 1877, sem levar em conta o Boletim Oficial que desde a sua criação continha uma parte não oficial que acolhia colaboração de vária ordem, incluindo poesia e ficção, imprensa que atingiu um elevado número de títulos, até 1936, ano da publicação do primeiro número da Claridade. O primeiro nome que se nos impõe como escritor cabo-verdiano é o de José Evaristo de Almeida, autor do romance O Escravo (1856) (...). Fixou-se o escritor em Cabo Verde e aqui se lhe conhecem descendentes; assumiu no seu escrito, com relação à escravatura e ao absolutismo, posições que o definem como um progressista na época; mostrou-se possuidor de domínio da língua crioula, e isto numa altura em que espíritos letrados verberavam essa língua «espúria e sem gramática». A obra de temáticas cabo-verdiana, desenvolve-se em torno de um acontecimento real da história de Cabo Verde, tipifica personagens crioulas, artificiais sob vários aspectos, é certo, constitui um repositório valiosíssimo do ambiente geográfico da época, elemento precioso para o conhecimento da evolução do ambiente ecológico de há um século e meio a esta parte.

tentativas de escolaridade foram recusadas. As literaturas africanas de expressão portuguesa não escapam a essa regra e começam a constituir-se no fim da primeira metade do séc. XIX, devido às alterações políticas registadas em Portugal e que vão permitir uma abordagem diferente dos valores africanos. Dá-se então a partir dessa altura a eliminação do poder absoluto e a passagem a uma monarquia liberal e parlamentar (1834-1836), permitindo a elaboração das leis destinadas à abolição do tráfico de escravos e da escravatura, dado que todas estas modificações se dão no período que vai de 1848 a 1878. Simultaneamente, os portugueses permitem a instalação de tipografias em todos os territórios africanos e marítimos, - (1842 em Cabo Verde, 1880 na Guiné-Bissau).

Resumindo, são condições prévias ao aparecimento de todas as literaturas africanas: a eliminação do tráfico de escravos e a introdução da tipografia que vai permitir a criação das imprensas nacionais.⁵

A criação de escolas e seminários-liceus, nas colónias portuguesas, vai facilitar a passagem da oralidade à escrita e Cabo Verde é privilegiado nesse domínio, em relação às suas congéneres, uma vez que viu *nascer* o seu primeiro seminário-liceu em 1866, seguido de Moçambique em 1907 (a sua primeira escola primária), e 1920 (o primeiro liceu), Angola em 1919, Guiné-Bissau em 1949 (Instituto liceal). É a partir dessa altura que Cabo Verde vai *conhecer* uma produção tipográfica importante: O *Almanaque Luso-Africano* do cônego António Manuel Teixeira, de que saíram dois volumes, em 1894 e 1899.⁶

*(...). Os portugueses ... muito lentos na criação duma rede escolar, o que torna muito difícil a passagem da oralidade à escrita. Em 1845 são definidas as condições de criação duma rede de escolas primárias públicas nas colónias; apesar disso as escolas serão raras, ... Cabo Verde dispõe dum seminário-liceu desde 1866 que contribuiu para a formação de várias gerações de intelectuais.(...).*⁷

As leituras feitas permitem-nos inferir que o colonizador utilizou uma estratégia de retardar ao máximo o acesso do colonizado à escolarização, vulgarizando a ideia do africano

⁵ Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, p. 108-110.

⁶ Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, p. 110-111.

⁷ Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, p. 110.

nessa época como *coisa*, *objecto*, muitas vezes comparado a um animal irracional. Essa atitude de que o negro não se desse conta da sua própria personalidade e identidade, e cuja situação perdurou por muito tempo, até que o africano, finalmente, no último quartel do século XIX, movido por circunstâncias universais, designadamente, a abolição do tráfico de escravos e da escravatura e ainda pelo aparecimento da imprensa, viria a inverter essa situação. Para provar esta nossa afirmação, leia-se a seguir o excerto em citação:

*(...) Nesta condições, os africanos deviam ser marginalizados e mesmo coisificados. Por um lado os portugueses exigiam-lhes o conhecimento da escrita para obter o estatuto de cidadão mas por outro proibiam a instalação das escolas que teriam permitido a escolarização dos africanos e a sua integração no quadro dos valores civilizacionais das sociedades com escrita. (...).*⁸ e «...enquanto o outro, o africano, perdeu a sua figura humana, para se transformar num objecto, numa coisa, a quem se pode mudar de nome quando isso apetece aos senhores. Mas, dando-lhe nomes de coisas, Sapatos, Canivete, Espelho, os colonizadores brancos mais não fazem do que traduzir, no quadro do nome próprio, a terrível reificação imposta aos colonizados». ⁹, segundo **Castro Soromenho**, nascido em Moçambique, mas educado em Angola, (Margarido:368).

A visão do colonizador face ao colonizado era, sem sombras de dúvidas, de desprezo e marginalização. O excerto da autoria do padre Manuel de Barros, relatando uma das suas incursões pelo interior de Santiago, é pois elucidativo a este propósito, citamos: «vivem quasi como selvagens os negros pellas serras e de verdade que tem pouco mais do nome de cristãos». No entanto, constata-se que, em Cabo Verde, os escravos tiveram um tratamento diferente em relação às restantes sociedades escravocratas das ex-colónias portuguesas, por causa das características específicas em que a própria escravatura teria sido implantada no arquipélago.

Vejamos, assim, o seguinte extracto:

O escravo, submetido ao estrito regime laboral das fazendas ou ocupado no trabalho para auto-sustento, não usufrui de uma mobilidade autónoma que lhe permita, sobretudo quando se trata dos escravos do interior, caracterizados como cristãos meramente

⁸ Alfredo Margarido, p.111.

⁹ Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, p.368.

*nominais, o livre acesso à liturgia e à catequese. Tal não se verifica com tanta intensidade entre os escravos urbanos ou os ladinizados que usufruem da vizinhança com os clérigos, que habitam na cidade na sua maioria ou permanecem temporariamente nas igrejas e capelas do interior.*¹⁰

De acordo com a História Geral de Cabo Verde, a vinda de um contingente de missionários Jesuítas ao arquipélago de Cabo Verde, mais concretamente à Ilha de Santiago, veio acarretar para a vida social local uma série de alterações. O Jesuíta, pelo prestígio que granjeava nas hostes ultramarinas e pelas faculdades de comunicação directa com vários organismos centrais, será sempre em Cabo Verde uma personagem temida e olhada com um misto de deferência e respeito.¹¹

Contudo, o arquipélago não era o principal objectivo do apostolado desta missão, verdadeiramente vocacionada para a evangelização e conversão dos povos da Guiné, para onde os missionários se apressam a partir, pouco tempo depois da sua chegada a Santiago. Embora não excluíssem, à partida, os Cabo-verdianos do seu campo de actuação, talvez por os considerarem já doutrinados política e espiritualmente, o certo é que o cabo-verdiano passa a ser **objecto do olhar zeloso e vigilante** dos Jesuítas, porque devido a esta consideração, os métodos de apostolado e missionação nas ilhas diferem essencialmente dos aplicados na Guiné, já que aqueles se consideravam uma cristandade já iniciada e até consolidada¹²

Conforme nos reza ainda a História Geral de Cabo Verde, («HGCV»: p.448), com a chegada dos missionários a Santiago em 5 de Junho de 1605, com a dotação financeira do seminário e com a obrigação de ler gramática e casos de teologia moral, entre outras incumbências relacionadas com a terra, com vista à viabilidade ou não da missão, a igreja teve desde muito cedo em Cabo Verde, um papel de extrema importância no baptismo e na educação do escravo. Para provar esta afirmação, passamos a citar: *Tal como no Reino, a rede paroquial, estruturada com base na «freguesia» de uma determinada igreja, cedo foi transportada para o arquipélago de Cabo Verde, garantindo, sobretudo nos espaços mais povoados, como as ilhas do Fogo e Santiago, uma abrangência permanente da igreja junto dos principais núcleos de*

¹⁰ Maria Emília Madeira Santos, *História Geral de Cabo Verde*, p.449-481.

¹¹ Maria Emília Madeira Santos, *História Geral de Cabo Verde*, p. 447-448.

¹² Idem.

*povoamento, tanto na cidade, como no mundo da ruralidade, pelos quais se encontram disseminadas igrejas, ermidas e outros locais de culto (...).*¹³

Por outro lado, a igreja assume-se como principal núcleo de sociabilidade local, agregando brancos e mestiços, senhores forros ou escravos para o espectáculo da liturgia ou para outros momentos mais intensos do calendário religioso e ainda para as festividades religiosas (...).¹⁴

Depois dos franciscanos chegados à Ilha de Santiago em 1466, como atrás dissemos, o ensino é agora retomado pelos jesuítas através da catequese. Em 1596, depois de uma determinação régia, o provincial de Portugal mandava negociar com os Jesuítas o estabelecimento de um colégio em Cabo Verde, com a dotação financeira dos fundos aplicados ao seminário instituído no arquipélago. Depois de uma intensa troca de correspondência e delongas entre o rei, os superiores Jesuítas e os organismos centrais competentes, eis que parte de Lisboa em Junho de 1604, com destino a Santiago, uma missão composta por quatro padres, chefiada pelo “*velho*” missionário padre Baltasar Barreira, que, por sinal, era detentor de uma sólida experiência africana adquirida em Angola.¹⁵

O escravo mal tratado e mal vestido (posteriormente, os escravos dos grandes senhores passam a vestir fatos velhos, em troca de produtos locais às pessoas que transitoriamente passavam pelo arquipélago), desprovido de escolarização, recebe ensinamentos através da catequese, com a vinda dos padres Jesuítas a Cabo Verde. A acção do catequista circunscrevia-se essencialmente às crianças, numa terra onde o ensino não dispunha de estruturas autónomas, a aprendizagem da doutrina e das primeiras letras fazia-se simultaneamente. A cartilha servia indistintamente as duas finalidades, visto que, ao atrair as crianças para o ensino, a Igreja influenciava indirectamente os seus pais e a sociedade em geral, cuja via para a conversão ou para uma religiosidade praticamente não passava pelo estudo do catecismo.¹⁶

Os jesuítas detinham um elevado número de material pedagógico. Em 1613 receberam de Lisboa 41 cartilhas de doutrina e em 1622, 36 cartilhas. Durante o ano de 1613, o

¹³ Idem, p.431.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Maria Emília Madeira Santos, *História Geral de Cabo Verde*, p.437-438.

¹⁶ Idem, p.489.

Padre António Dias leccionou latim a 20 alunos, aos quais ensinava primeiro o português, exigindo-se-lhe um grande esforço, uma vez que o grau de conhecimento da língua era diferenciado.¹⁷

Para provar o índice de sucesso do ensino levado a cabo pelos jesuítas, é-nos dito que: «O método do ensino, por perguntas e respostas em sabatinas, criava a emulação e o entusiasmo entre os jovens, que se reflectia na comunidade em geral. “... e assim andam já os negrinhos tão adestrados na cartilha, histórias de santos e em dar juramentos, que já me parece que estou em Portugal”». ¹⁸

A conclusão a que se chega quanto à educação e ao ensino do africano, tanto em Cabo verde, como nas restantes ex-colónias portuguesas, é a de que a igreja sempre assumiu a responsabilidade dessas funções desde os primórdios, nas residências dos párocos e em catequeses, criando posteriormente, espaços adequados ao ensino, numa primeira fase restringido às crianças e mais tarde alargado aos adultos e à sociedade em geral.

Ora, em suma, diríamos que tudo isto nos permitirá avaliar o comportamento do colonizador e particularmente do colonizado, neste caso, o negro, no contexto da escravatura, em que a obra em análise surge, fazendo portanto, uma relação entre o real e o literário da mesma obra, isto é, ela nos dá conta como os protagonistas se agem e interagem no espaço, tendo em consideração a sua acção na diegese.

A obra ***O Escravo*** (publicada em 1856, em Lisboa) surge, portanto, num período de muita conturbação política e social e, por isso, ela reflecte de facto, a vivência do povo cabo-verdiano no último período do século XIX. A escravatura em Cabo Verde é o pano de fundo da obra e o seu autor demonstra um conhecimento profundo das questões políticas e sociais da época que abalaram a sociedade cabo-verdiana, particularmente os santiaguenses. As autoridades coloniais retardaram premeditadamente a criação das escolas, de forma a não permitir ao povo cabo-verdiano, assim como todos os povos das ex-colónias portuguesas, o acesso à escolarização, à formação e à informação e que ditassem uma cada vez maior afirmação da escravatura em Cabo

¹⁷ Idem, p.490.

¹⁸ Ibidem.

Verde e nas outras colónias. Os portugueses, por um lado, exigiam ao colonizado o conhecimento da escrita para obter o estatuto de cidadão, por outro, proibiam a instalação das escolas que teriam permitido a escolarização dos africanos.

Contudo, Cabo Verde, como atrás dissemos, foi pioneiro na criação das escolas e liceus, em relação às restantes colónias, uma vez que o seu primeiro seminário-liceu viria a surgir em 1866; portanto, mais cedo do que nas suas congéneres africanas de expressão portuguesa.

Na verdade, a metrópole nunca esteve interessada em *investir* no negro, tanto do ponto vista material como do intelectual. Por um lado, confrontava-se com difíceis condições de sobrevivência. Por outro, uma certa abstracção e morosidade do colonizador na criação das escolas, uma vez que quanto menos o negro aprendesse, melhor, porque dessa forma o tornaria impotente em reivindicar os seus direitos. Detentor de um nível baixo de escolaridade, para não se falar do analfabetismo, pois não tinha acesso à escolarização e à formação, a vida do escravo era cada vez mais difícil e angustiante o que lhe proporcionava constrangimentos vários, designadamente a falta de informação do que se passava ao seu redor e a impossibilidade de uma tomada de consciência da problemática da escravatura e disso, como é óbvio, o colonizador tirava fortes dividendos.

Sendo certo que na obra em análise está igualmente presente esta forma de tratamento ao escravo, citamos: «...Estes negros são uns animais superiores aos macacos só no falar e o seu mestre deve ser o chicote - a tortura, o incentivo para os fazer trabalhar» e porque segundo alguns críticos: ***É um erro crasso analisar um texto literário independentemente do respectivo contexto cultural e político (...). Pois é em função dos seus contextos que essas literaturas revelam o seu valor estético e a sua originalidade (...), tudo isto para concluirmos que uma obra literária vale pelo contexto que cumpre e que não tem qualquer cabimento compará-la com outra se não forem respeitados os respectivos contextos. (...).***¹⁹

Assim sendo, do nosso ponto de vista, não se pode dissociar o *literário* do *cultural*, na obra em análise. «... uma obra literária vale pelo contexto que cumpre e que não tem qualquer cabimento compará-la com outra se não forem respeitados os respectivos contextos»²⁰.

¹⁹José Carlos Venâncio, *Literatura versus Sociedade*, p.26 e 27.

²⁰Idem, p.27.

Não devemos, logo, esquecer as revoltas sociais registadas na Ilha de Santiago: a revolta da Ribeira do Engenho de 1822, a revolta militar de 23 de Março de 1835, a revolta de escravos de Dezembro de 1835 e a revolta de Achada Falcão de 1841, por sinal, referenciadas no romance.

Não fosse o aparecimento do prelo que ditasse o surgimento da escrita, num único idioma, neste caso, a língua portuguesa, não seria possível a convergência de ideologias políticas, sociais e culturais da época entre as várias colónias africanas de expressão portuguesa que permitisse uma tomada de consciência por parte do africano de modo a reivindicar os seus direitos ao colonizador de forma subtil pela construção do ideal nacional no discurso literário. É por conseguinte, nesta base, que entendemos que no discurso literário, (segundo **Laranjeira**, Ensaios Afro-Literários, p.37) o **nacionalismo foi a antecipação da nacionalidade** (...). A escrita das obras literárias das várias colónias de expressão portuguesa num mesmo idioma (língua portuguesa), teria facilitado sobremaneira a denúncia por parte dos escritores africanos da época e não só dos males por que passavam os povos dessas mesmas colónias.

A afirmação que acabamos de apresentar, prova e confronta-se com o parágrafo anterior em que nos aludimos ao *casamento ou acasalamento* do literário com o *cultural*, tendo em conta as revoltas sociais e à semelhança na periodização das literaturas cabo-verdiana e angolana, referida no parágrafo logo a seguir a esta citação: (...). *A formação e o desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa, desde o primeiro livro impresso, em 1849, até à actualidade, passaram pela construção do ideal nacional no discurso. No discurso literário, o nacionalismo foi a antecipação da nacionalidade, modo específico da escrita se naturalizar como própria de uma Nação-Estado em germinação. A consciência nacional, no discurso literário, atravessou, assim, diversos estádios de evolução, desde meados do século XIX até à actualidade* (...).²¹

As literaturas Africanas de Expressão Portuguesa (1995) conhecem dois períodos: o da Época Colonial, desde o aparecimento de esparsos e escassos textos relacionados com África, até às independências dos países, em 1975; o da Época Pós-Colonial, em que as literaturas se vão *libertando* do período de independência, rumo à emancipação até à actualidade.

²¹ Pires Laranjeira, *Ensaios Afro-Literários*, p.37.

Considerando essas duas grandes divisões periodológicas, de carácter histórico e literário, sobretudo desde 1849, quando foi publicado o primeiro livro impresso em África (Angola), *Espontaneidades da minha alma*, poemas de Maia Ferreira, sucederam-se seis fases. A *primeira fase* (1849), estendendo-se em Angola até 1881²², fase essa em que podemos integrar a obra *O ESCRAVO* de José Evaristo d’Almeida.

Segundo Pires Laranjeira, em 1849 foi publicado o primeiro livro impresso em África, mais precisamente em Angola, *Espontaneidades da minha alma*, de Maia Ferreira, publicação que dá início ao aparecimento da literatura angolana e que a introdução do prelo possibilitou. Sucederam-se, assim, seis fases da literatura angolana. O primeiro período que vai das origens até 1848, é incipiente, tal como o de Cabo Verde. Em Cabo Verde, segundo este autor, após a introdução do prelo, em 1842, e a publicação do romance cabo-verdiano de José Evaristo d’Almeida, *O Escravo* (1856), em Lisboa, segue-se um longo período (ainda hoje mal conhecido no que respeita ao século XIX), até à publicação do livro de poemas *Arquipélago* (1935), de Jorge Barbosa, e da revista *Claridade* (1936).²³

Curiosamente, tanto a literatura cabo-verdiana quanto a angolana, foram divididas em seis períodos pelo referido teórico. Por sua vez, na perspectiva de José Carlos Venâncio, se na literatura cabo-verdiana se pode falar de cabo-verdianidade, na literatura angolana fala-se de angolanidade. Angolanidade (de acordo com Venâncio) é um conceito que apresenta paridade com o de cabo-verdianidade. A diferença entre os conceitos de cabo-verdianidade e angolanidade (segundo o mesmo autor), se deve ao facto da heterogeneidade cultural e humana existente no espaço herdado do colonialismo em Angola. Enquanto a cabo-verdianidade existe, segundo Venâncio, a angolanidade vive-se e amanhã poderá ser bem diferente do que hoje se vive e se prevê.

Cabo Verde e Angola, na literatura, destacaram-se em relação às restantes colónias portuguesas, pelo facto de terem liderado o processo de desalienação das elites urbanas na África lusófona, tendo em conta que esse processo teve fundamentalmente lugar em três centros urbanos: Mindelo (Cabo Verde), Lisboa (Portugal) e Luanda (Angola). Os movimentos literários

²² Pires Laranjeira, *Ensaio Afro-Literários*, p.37-40.

²³ Pires Laranjeira, *Literaturas angolana e cabo-verdiana: periodização*, p. 36 e 180.

mindelenses pautaram-se pela reivindicação duma autenticidade literária e cultural cabo-verdiana, assente no género do modernismo brasileiro, com uma motivação política muito remota, mas os estudantes africanos em Lisboa perfilharam os ideais pan-africanistas e negritudinistas, cumprindo uma consciencialização literária por reacção a uma sociedade maioritariamente branca.²⁴

1.2 – O Conceito de “espaço” – breve perspectiva teórica

Pretendemos com o levantamento que se segue, apresentar um trabalho que dê conta da relação entre o real que terá inspirado o autor e o ficcional da obra, como reflexo da vivência do cabo-verdiano na época. Para tal, seguiremos uma **análise teórico-literária** que nos conduzirá à relação entre a realidade social e o conteúdo literário da obra; a dimensão espacial e a tragédia.

Pretendemos, igualmente, estabelecer uma relação entre os espaços da Ilha de Santiago, mais precisamente os da Vila da Praia e seus arredores referidos na obra, com a toponímia actual.

O *espaço* (do latim *spatiu*), significa fundamentalmente, extensão indefinida. Parafraseando Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, este conceito é «Entendido como domínio específico da **história** (v.), o espaço integra, em primeira instância, os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da **acção** (v.) e à movimentação das **personagens** (v.); cenários geográficos, interiores, decorações, objectos, etc.; em segunda instância, o conceito de **espaço** pode ser entendido em sentido translato, abarcando então *tanto as atmosferas sociais (espaço social) como até as psicológicas (espaço psicológico)*».²⁵

O **espaço**, segundo Carlos Reis, *constitui uma das mais importantes categorias da narrativa, não só pelas articulações funcionais que estabelece com as restantes categorias, mas também pelas incidências semânticas que o caracterizam (...)*.²⁶

²⁴ José Carlos Venâncio, *Literatura e Poder na África Lusófona*, p.26.

²⁵ Carlos Reis, *Dicionário de Narratologia*, p. 135.

²⁶ Idem.

Uma outra relação necessária a estabelecer é a relação entre o *tempo* e o *espaço* na obra em análise, visto que a reflexão sobre o espaço seria incompleta sem uma alusão ao *tempo*, já que existe uma relação muito forte entre essas duas categorias da narrativa.

O **tempo**, segundo Carlos Reis, (...) *como categoria da narrativa decorre antes de mais da condição primordialmente temporal de toda a narrativa* (v. **narratividade**); *isso mesmo justifica a quantidade de reflexões teóricas que lhe têm sido consagradas* (...).

(...) *é possível distinguir uma dupla dimensionalidade do tempo: a sua existência como componente da história e a sua manifestação ao nível do discurso* (...).²⁷

O **tempo** (do latim *tempus*), significa duração limitada, por oposição à ideia de eternidade; período; época; sucessão de anos, dias e horas, momentos que envolve, para o homem, a noção de presente, passado e futuro (..).

O **espaço** e o **tempo** são elementos importantes e indispensáveis na apresentação do mundo narrado e deles não se pode, de forma alguma, dissociar a acção das personagens e do *papel* do narrador. É assim que, numa leitura **teórico-literária** mais aturada da obra em análise, nos interessa considerar estas duas categorias da narrativa, com o propósito de fazer uma análise teórico-literária do espaço. Na obra em análise, nota-se certas vezes, uma coincidência entre o tempo e o espaço e, outras vezes, estas duas categorias da narrativa se dissociam. Também, por vezes, nota-se uma sobreposição de planos, ou seja, o plano da história e o plano do discurso (tempo da narração) se convergem.

O narrador d'*O Escravo*, por vezes, identifica-se com um observador atento à acção das personagens, posicionando-se do lado de fora, sem qualquer interferência na acção da narrativa – **focalização externa**. Em outros momentos, fica-se com a sensação de que é um narrador/personagem, que narra e vive a história da narrativa em igualdade de circunstâncias com as demais personagens, ou seja, faz parte da diegese.

Sabe-se que, no **plano ideológico**, uma obra pode apresentar uma relação estreita com a época em que foi produzida, devendo esta ser entendida como uma manifestação artística

²⁷ Carlos Reis, Op. Cit., p.406.

para qual convergem factores de carácter cultural, social, político e económico, exprimindo desta maneira, o sentimento de um povo ou de uma sociedade. Deste modo, relacionar o conteúdo da obra com a época em que foi produzida facilitará a sua compreensão.

De igual forma, porque não se fez nenhum comentário sobre o título da obra na primeira análise, consideramos oportuno fazê-lo neste momento. O “*design*” *O Escravo*, título da obra - 2ª edição, afigura-se-nos bastante sugestivo se levarmos em conta a forma como está inscrito na capa, ou seja, sobre os *caracteres* estão desenhos de *espinhos e linhas verticais* (até à parte inferior), cuja simbologia se refere à **dor, prisão** e ao **sofrimento**. Tanto quanto se sabe os escravos quando eram açoitados e torturados, levavam na cabeça *coroas* de espinhos. Isso tem uma relação com o sofrimento de **Cristo** na Cruz. Lembra-se, pois, que ele também levava a *coroa* de espinhos na cabeça quando foi crucificado.

O título – *O Escravo*, atribuído à obra em estudo, aponta directamente para o protagonista - a personagem **João** pela importância que o autor o atribui na diegese, conferindo-lhe um papel fundamental na estória e também pela forma como age e interage no espaço, dando assim um *cunho* peculiar à tragédia em que ele de facto, no final da narrativa, se insurge como *herói*.

1.3 - Os *espaços literários* da obra e os *espaços físicos actuais* da cidade Praia e arredores

Todos os espaços referidos no romance histórico *O ESCRAVO*, onde decorreu a história, correspondem a lugares localizáveis nos arredores da Vila da Praia (actual cidade da Praia) e foram identificados pelo autor, exceptuando o *Sítio de B...* que se situa a pouca distância dessa mesma Vila.

O autor da obra dá-nos conta de que o *Sítio de B...*, à data do relato, não era tão aprazível, tendo em conta que, com as mudanças sofridas, adquiriu aparência de uma quinta europeia, substituindo-se as muitas plantas tropicais do início da colonização por novas culturas, as quais teriam provocado a degradação da paisagem.

Nota-se pela descrição que o autor conhecia bem os lugares, principalmente quando se refere à Vila da Praia, com a igreja num extremo, (não a actual igreja) e a Ponta de Boa Vista no outro extremo. Assim, a relação permite-nos afirmar que a ponta de Boa Vista corresponde ao actual Liceu. Este mesmo sítio também foi denominado de Monteagarro, devido à existência de um fontenário que recebia água de Monte Tagarro (de S. Filipe de Baixo). Este fontenário do século XIX foi destruído para dar lugar ao edifício do actual Liceu *Domingos Ramos*.

O espaço geográfico das acções centrais do romance limita-se aos arredores da Praia, fazendo-se ainda referência ao longo da história a outras regiões como Lisboa, Guiné, Santo Antão, S. Nicolau, S. Domingos (América), Boa Entrada, etc.

Um outro dado importante é a vinda dos escravos à Vila da Praia (a partir do “*Sítio de B...*”), para a prática de batuques, de que também nos dá conta o romance, porque de facto os escravos se reuniam no botequim onde as tropas do Batalhão Caipira programaram a sua revolta. Esse botequim localizava-se na zona onde actualmente fica o Banco Comercial do Atlântico (parte traseira), mais precisamente no enfiamento que dá acesso ao Palácio da Presidência da República.

O “*Sítio de B...*” a que o autor se refere na obra, pelas descrições atrás feitas, talvez seja a zona hoje denominada de **BONCOI** e que a localidade de **Calabaceira**, perto dela, se deve ao nome da árvore que ali existia.

Prosseguindo na identificação dos espaços, vemos que as acções da obra em análise decorrem em: “*Sítio de B...*”, Vila da Praia da Ilha de São Tiago, Monte Faxe, Ponta das Bicudas, Ponta Temerosa, Ponta do Sol, Achada de São Pedro, Calabaceira, Monte Tagarro e (...), topónimos que poderão ser repartidos em espaços geográfico, físico, psicológico e social, conforme o quadro a seguir:

ESPAÇO GEOGRÁFICO	ESPAÇO FÍSICO	ESPAÇO PSICOLÓGICO	ESPAÇO SOCIAL
Vila da Praia		“ (...) Países de mais difícil hostilidade – a quanto não obrigará igual recomendação	“ (...) aqui – onde as portas se abrem e a mesa se franqueia a todos os europeus decentes, que a Sorte traz a estes insalubres climas.”
Fonte Ana	“ (...) numa casa – pouco decente (...) – mas com as dimensões próprias a deixá-lo respirar à vontade.”		
Calabaceira	“ (...) íngreme ladeira que conduz – à direita para as fornalhas do açúcar em frente, para a nora (...)”.	“ (...) à cabeceira do seu leito que não duvida de descer ao quarto do moribundo (...) as fontes embrosa do padecente – lá vão aplicar as sanguessugas, os estímulos – e não escravos inteligentes (...)”.	“ (...) nos sítios que foram testemunhas das atrocidades do pai (...)”.
Nora	“ (...) rego, formado por telha de água (...)”	“ (...) Descer ao quarto do moribundo (...)”.	“ (...) residência episcopal (...)”.
Achada de São Pedro	“ (...) comprido e largo passeio (...)”.	“ (...) brota o nosso solo, como para mos compensar da falta dos que na Europa fazem (...) as delícias da mocidade (...)”.	“ (...) saltar para o meio do círculo (...)”.
Monte Tagarro	“ (...) pequena cancela à esquerda (...)”.	“ (...) a quem o céu concede o poder de fertilizar e encher de grado os sítios que habitam (...) não	“ (...) Igreja Matriz (...)”.

		encontrarei no resto da ilha”.	
«Sítio de B...»	“ (...) aprazível lugar (...) local da casa domina, porém, toda a parte cultivada desta propriedade (...) num dos bancos que ali estavam (...)”.		“ (...) Largo de Pelourinho da Vila da Praia”.
	“ (...) disse-me senhora que plantas são estas(...)?”.		“ (...) Casa da Câmara e Cadeia da Vila”.
Pico d’Antónia	“ (...)estas plantas são mandioqueiras cujas raízes neste país são o paio do pobre (...)”.	“ (...) De um salto ele foi ter ao quarto dos noivos: achou a fila assentada, chorando quentes lágrimas, sozinha com as suas mágoas”.	“ (...) Paços do Concelho”.
São Tiago	“ (...) Além aquele campo (...)”.	“ (...) lá para descer o Gomeanne – que nesse tempo tinha outro nome”.	“ (...) Taverna do Tio Tesoura”.
Monte Faxeiro	“ (...) Aqueles arbustos que se seguram à rocha (...)”.	“ (...) tingindo com seu sangue a íngreme subida que de então para cá ficou chamando Gomeanne, em memória dos dois combatentes Gomes e Annes”.	“ (...) no fim da Vila (Boavista)”.
Ponta das Bicudas	“ (...) Em frente da casa de Cláudio – quatro passos distante – havia uma rampa defendida por um muro que servia de encosto a um assento (...)”.	“ (...) Cuidado com o falar em feiteiras não vêes que está ali a do Monte Vermelho”.	2 (...) casa do batuque (...)”.
Boa Entrada	“Conduziremos o leitor à Vila da Praia (...)”.	“ (...) Não vos direi que poderemos formar aqui um baluarte qual os malhados tornara a Ilha Terceira; mas teremos ouro, muito ouro”.	
Ponta Temerosa	“ (...) bandas da Boavista”.	“ (...) veio firmar-se na ideia da revolta que já em Lisboa me fora sugerida (...)”.	
Vargem da Companhia	“ (...) segui-a até lá baixo à Vargem da Companhia (...)”.	“ (...) a América do Norte nos oferece o seu solo, o seu clima (...)”.	

Monte Vermelho	“ (...) ladeira (...) ao caminho de Palmarejo (...) à Lapa da Coruja (...) estrada do pitoresco São Martinho”.		
Ponta do Sol	“ (...) por cima sobre os arrais de Abrasadora África?”.	“ (...) base do Monte Vermelho (...).	
Santa Catarina	“ (...) Sítio de B (...) Vila da Praia da Ilha de São Tiago – uma das ilhas de Cabo Verde”.		

Da leitura da obra, concluímos com a constatação de que todos os espaços teriam sido identificados pelo autor, à excepção da toponímia *Sítio de B...*

Segundo José Maria Semedo²⁸, os restantes espaços, universos onde decorreu a história, correspondem a lugares situados nos arredores da Vila da Praia (actual cidade da Praia), distanciando-se o *Sítio de B...* pouco mais de meia légua da Vila da Praia, para onde os escravos se deslocavam nas noites de batuque, provenientes dessa localidade (*Sítio de B...*).²⁹

Nota-se da parte do autor um conhecimento profundo dos espaços, o que lhe permite referir-se com alguma precisão a determinados lugares, como é o caso do *Sítio de B...* que ele caracteriza de forma exaustiva, lamentando alterações das culturas que não trouxeram benefícios, reportando-se ao ano de 1835, tempo em que decorre o romance, descreve: “*não tinha ainda experimentado os melhoramentos, que hoje lhe dão aparência de uma quinta europeia*”.³⁰

Efectivamente, o autor deixa antever que, nesse lapso de tempo entre a ocorrência da história e a descrição, ocorreram modificações na paisagem do *Sítio de B...* pela comparação que estabelece entre os dois estádios: «... *apesar da falta de arte no seu amanho, com que não houvesse ali outra cultura além das plantas indígenas, nem por isso deixava de ser aquele sítio – na época m que nos referimos – um dos mais aprazíveis para quem saía da vila da Praia....*». ³¹

²⁸ José Maria Semedo, *Pré-textos*, p.4.

²⁹ José Evaristo d’Almeida, op.cit, p.77-79.

³⁰ Idem, p.25.

³¹ Ibidem.

Sendo certo que é por demais importante a referência dos espaços feita na obra em análise - arredores da Vila da Praia, confrontados com os espaços da actual cidade da Praia, a única toponímia que deixa alguma dúvida quanto à sua existência real é o *Sítio de B...* uma vez que não se sabe se o autor fê-lo de propósito ou por falta de conhecimento desse espaço.

Do nosso ponto de vista, a caracterização exaustiva que o autor faz do *Sítio de B...* remete-nos para uma das características do **Romantismo**, corrente literária que na época predominava nas *hostes* literárias, quase que à escala universal.

É nosso entendimento que tanto os espaços literários referidos na obra, quanto os referidos nos estudos do teórico José Maria Semedo, pela confrontação que este autor faz entre os dois, são de capital importância para que o leitor possa ter uma noção realística (embora se trate de uma obra de ficção) daquilo que foi o passado e o que é o presente da cidade praiense em termos de **toponímia**. Trata-se, obviamente, de um grande contributo e que de facto irá estimular e criar no leitor alguma curiosidade e expectativa de leituras tanto do romance *O Escravo*, como também dos estudos geográficos, dos arredores da Praia, baseados nessa mesma obra, uma vez que primeiro a obra e mais actualmente o citado geógrafo, se referem a lugares hoje, importantes, no passado não e vice-versa, como são os casos de Vila da Praia, Fonte Ana, Vargem da Companhia, *Sítio de B...*, Achada de S. Pedro..., Monte Vermelho, Calabaceira...

Segundo José Maria Semedo, no passado, os percursos que ligavam a Vila da Praia, ao *Sítio de B...* permitiam localizar a propriedade de Nhanhinho no vale de Trindade, mais precisamente no actual sítio denominado de *Boncoi*, (*Bom-Cae*)...³², lugar importante nesses tempos, mas que hoje nem por isso.

Está-se assim, perante um *reclamo*, registando-se um **flash-back**, quando se refere ao passado. O **tempo da história** – tempo em que decorre o romance, descreve o autor: “*não tinha ainda experimentado os melhoramentos, que hoje lhe dão a aparência de uma quinta europeia*”. Há aqui também um confronto entre o **tempo da história** e o **tempo do discurso**, quando o **narrador** faz a comparação entre os dois estádios «... o *Sítio de B...* - não tinha ainda experimentado os melhoramentos, que hoje lhe dão a aparência de uma quinta europeia... não

³² José Maria Semedo, in *Pré-Textos*, p.5.

houvesse ali outra cultura além das plantas indígenas... - um dos mais apazíveis para quem saía de Vila da Praia, cuja aridez contrasta... com a vegetação constante de um ponto que lhe fica próximo...». ³³

Observa-se que o espaço designado como “*Sítio de B...*”, pela sua importância para o desenrolar das acções é descrito como tendo sido afectado pelas mudanças que lhe dariam, depois “*uma aparência de uma quinta europeia...*”. Com a perspicácia própria de um autor romântico, Evaristo de Almeida procura justificar afirmando que “*...Talvez alguém, entendendo que a arte, à força de regularizar, estraga muitas vezes a poesia dos campos, e torna monótono, o que a natureza criara romântico achasse mais novidade e maior deleite...*”. ³⁴

Segundo o autor do romance, para além da degradação paisagística do “*Sítio de B...*”, as novas culturas ali introduzidas tinham fracassado: “*...ainda ali não havia nem azedinhas, nem as ameixas, nem as pereiras, nem outras árvores, que em seis anos têm crescido muito, copado pouco, ...temendo expor os frutos aos raios abrasadores de este sol africano*”. ³⁵

Na descrição pormenorizada do *Sítio de B...*, o autor refere-se a plantas tropicais da altura: laranjeiras, bananeiras, o cajueiro, o zimbrão, a norça, os tamarindos, as palmeiras altas e outras que vieram substituir as plantas atrás referidas, dando ao jardim um outro *colorido*, segundo o autor do romance. ³⁶

Mais tarde compara a evolução da paisagem que sofre modificações nas culturas, existindo assim um *recuo ou flash-back* em que está presente um confronto entre o **tempo da história** e o **tempo de discurso**. Portanto, está patente uma espécie de *degradação física* da paisagem em relação ao passado.

Nota-se, assim, uma *linguagem lírica* caracterizada pela presença de marcas de subjectivismo poético como pretexto para a revelação do sentimento do autor.

³³ José Evaristo d’Almeida, in *O Escravo*, p.25.

³⁴ Idem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ José Evaristo d’Almeida in *O Escravo*, p.26.

Se não vejamos: «... *que a arte, à força de regularizar, estraga muitas vezes a poesia dos campos, e torna monótono, o que a natureza criara romântico...*».³⁷ O autor confere destarte uma importância muito grande ao *Sítio de B...*, o que é próprio da corrente literária do romantismo, *pintando-o* como espaço privilegiado.

Fica-se, pois, com a sensação, como já se disse, de que o autor terá vivenciado o que relata, mas também não nos devemos esquecer de que se trata de uma personalidade que viveu numa época literária em que dominava o **Romantismo** e daí, quiçá, a sua *paixão* pela natureza e, conseqüentemente, pelo *Sítio de B...* de que muito alude na obra em análise. Com o **Romantismo** assiste-se na literatura ao culto da originalidade pessoal, ao sentimentalismo amoroso, ao gosto pelo sonho, à apologia do herói insociável e cabe o gosto pelas tradições medievais...³⁸

É assim que a natureza assume um papel importante no **Romantismo** através da paisagem atribuindo-se-lhe uma beleza extraordinária, associada aos estados emotivos das personagens. Nota-se que o romance *O Escravo* foi escrito numa altura em que na Europa, mais precisamente em Portugal vigorava a corrente literária do Romantismo. Daí, a descrição pormenorizada que o seu autor nos faz do «*Sítio de B...*», nos arredores da Vila da Praia.

O “*Sítio de B...*” ficava a pouco mais de meia légua da Vila da Praia (Capítulo I). O autor dá-nos ainda todo o percurso que liga a Vila da Praia transmitindo-nos uma imagem positiva desse lugar.

Este percurso do ponto de vista literário é extremamente importante³⁹, a nível da **diegese** porque, por um lado, é a partir do *Sítio de B...*, que os escravos se concentram quando se

³⁷ Idem.

³⁸ «Instituto Português do Livro», *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*, p.20.

³⁹ De acordo com os estudos de José Maria Semedo, “o percurso entre o “*Sítio de B...*” e a Vila da Praia, passava pela Achada de São Pedro, Calabaceira e Fonte Ana na Vargem da Companhia, (capítulo XIX); para se chegar ao Sítio B... saindo do Monte Vermelho, sem voltar à Vargem da Companhia, embora exista um percurso mais longo que passa pela Poeira (perto de São Martinho Pequeno) – capítulo XVIII.

Os percursos que ligam a Vila da Praia ao “Sítio de B...” permitem localizar a propriedade da Nhandinha no vale da Trindade, mais precisamente no actual sítio denominado **BONCOI**, (Bom-Cae) segundo uma grafia de 1864³⁹. (Ver Travasso Valdez) Actualmente este sítio corresponde a um vale completamente seco, mas que no passado teve culturas de regadio até princípios da década de sessenta, existindo vestígios de culturas irrigadas (levadas e tanques a jusante deste sítio até Pensamento e Calabaceira). No primeiro capítulo o Autor deixa entender que o «Sítio B...» estava no percurso de “...quem saía da Vila da Praia O percurso Praia-Interior, via Achada Mitra passava pelo Sítio Boncoi, até 1864, data em que começa a expansão da rede viária de Santiago

deslocam à Vila da Praia e, por outro, é aqui que *Sr. Lopes rapta a Maria* e põe-se em fuga perseguido pelo escravo *João*.

Sentimo-nos tentados a dizer que o “*Sítio de B...*” a que o autor se refere na obra, pelas descrições atrás feitas, talvez seja a zona hoje denominada de **BONCOI** e que a localidade de **Calabaceira**, perto dela, se deve ao nome da árvore que ali existia, espaço de referência e onde *João*, personagem protagonista, viria a travar uma luta mortal com o *Sr. Lopes* para salvar a amada.

Os escravos deslocavam-se à Vila da Praia, a partir do *Sítio de B...*, a que também nos dá conta o romance para a prática de batuques, reunindo-se no **botequim** onde as tropas do Batalhão Caipira programaram a revolta. Na realidade, esse botequim localizava-se na zona onde actualmente se situa o Banco Comercial do Atlântico (parte traseira), mais precisamente no enfiamento que dá acesso ao Palácio da Presidência da República.

A descrição e caracterização dos diferentes espaços atrás referidos provam que o **narrador** tem um conhecimento profundo dos lugares, apesar de se posicionar do “**exterior**” relativamente ao universo da história que narra havendo, por vezes, do nosso ponto de vista, indícios de **focalização interna**.

Não obstante, o romance se limitar ao espaço físico e geográfico da Praia, a sua dimensão espacial é muito maior. Sabe-se que o romance ***O Escravo*** é uma obra essencialmente regionalista, cuja acção das personagens se passa num **espaço** bem definido do ponto de vista literário, que é o ***Sítio de B...***

...«Neste mesmo percurso encontramos a subida de Gomeseanes que liga a Ponta-Cruz em Rui Vaz e São Jorge dos Órgãos. Gomeseanes é referido na história de João, a lenda de Gomeseanes ainda é conhecida... Existe um reparo de pequena monta para quem vinha de Boa Entrada com destino à Cidade Velha, não podia descer o Gomeseanes, mas sim subir. A descrição do percurso “*Sítio B...*” até Calabaceira, nas proximidades da Vila da Praia e Montagarro (Monte Tagarro) não deixa dúvida sobre tratar-se de uma localidade nos arredores da Praia. A existência de uma enorme árvore – calabaceira (*Adansônia digitata*) na área da Praia é-nos dada na carta de Chelmicki e Varnhagen do século XIX. Actualmente esta árvore não existe na cidade, mas a descrição do combate do João com o raptor da Nhanhinha, deixa entender que ficava perto do percurso que vinha de Monte Tagarro (Montagarro), actual São Filipe de Baixo...

CAPÍTULO II

2.1 Confrontação entre os espaços referidos na obra e a sua actual localização

De acordo com os estudos de José Maria Semedo, in *Espaço Geográfico no Romance O ESCRAVO*, o autor desta obra foi muito preciso nas datas e nos lugares, deixando, contudo, omissos o universo de actuação do escravo João - *Sítio de B...* Assim, começaríamos pela questão mais polémica, que é a da toponímia do “*Sítio de B...*”. Neste capítulo iremos desenvolver uma confrontação entre os espaços referidos na obra e os actuais espaços da cidade da Praia, consolidando a identificação dos espaços em que decorrem as acções do romance feita no capítulo precedente. Ao confrontar os espaços da obra com a sua “localização” actual, pensamos poder reunir elementos importantes para uma reflexão sobre a importância dos espaços e o modo como os mesmos reflectem o plano ideológico do autor da obra, a partir das posições de Elsa Rodrigues dos Santos e Manuel Veiga.

2.1.1 – *Sítio de B...*

A toponímia “*Sítio de B...*”, segundo alguns críticos talvez se tratasse de *Boncoi*. Assim, o *caracter “B”* poderá ser entendido como *Boncoi*. Porém, até hoje, não se conseguiu nenhum suporte teórico que prove a sua veracidade. Tudo está em aberto. Questiona-se ainda por que razão o autor não teria identificado convenientemente esse espaço, deixando assim algumas dúvidas ao leitor. Tê-lo-á feito de propósito? O que se sabe é que o “*Sítio de B...*” é a única toponímia que deixa dúvida quanto à sua existência real, uma vez que todos os outros espaços, universo onde decorrem a história, correspondem a lugares situados nos arredores da Vila da Praia (actual cidade da Praia) como se disse atrás e, de acordo com estudos do geógrafo, José Maria Semedo.

A confrontação entre os espaços da obra, onde decorrem acções de importância extrema para a caracterização da obra e seu devido enquadramento espaço-temporal, e as actuais referências topográficas da cidade da Praia, afigura-se-nos interessante, pois através dela se

poderá desenhar o percurso evolutivo da cidade capital de Cabo Verde. Para além disso, essa confrontação, quando alargada a uma leitura simbólica, permite-nos reconhecer a dimensão ficcional e histórica deste romance tão importante para a contextualização literária.

De *O Escravo* poder-se-á ter a legitimação das raízes ficcionais da literatura cabo-verdiana, pela sua vertente regionalista e pelo conjunto de dados que o inserem no contexto do Romantismo. Referimo-nos concretamente ao papel atribuído pelos românticos à Literatura, quando esta coloca no autor a responsabilidade de identificar no seu espaço (físico, geográfico, político, ...) os elementos para levar o leitor a reflectir sobre o meio. Daí que este romance possa ser para os cabo-verdianos uma fonte preciosa de informação, exercendo ainda hoje uma função pedagógica e histórica que, pensamos, não deverá ser menosprezada.

Segue-se um quadro-síntese dos espaços referidos na obra, confrontados com a localização actual:

CONFRONTAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS DA OBRA E A LOCALIZAÇÃO ACTUAL (estudos geográficos de José Maria Semedo)	
Espaços referidos na obra	Localização actual - (Toponímia)
Achada de São Pedro.	É actualmente a zona denominada de S. Pedro, que dá acesso a S. Jorginho e Trindade.
Calabaceira (espaço caracterizado pela existência de uma enorme árvore com o mesmo nome).	Designa-se assim a zona de nome Calabaceira, defronte à Vila Nova.
Monte Tagarro (<i>Montagarro</i>).	Zona de acesso à Achada S. Filipe, para quem vem de Vila Nova. Actual S. Filipe de Baixo .
Fonte Ana estava localizada no Vale de Fonte Ana, compreendido entre a Vargem da Companhia (actual Estádio da Várzea) e a Fazenda (junto ao cruzamento que serve de via rodoviária ao Plateau, Aeroporto, à Vila Nova e Avenida	Actual Taiti , por baixo da localidade de Ponta Belém. (Onde existe um fontenário, donde os auto-tanques se abastecem de água utilizada para a construção civil).

<i>Cidade de Lisboa).</i>	
Monte Vermelho.	Localiza-se perto da cidade da Praia, no percurso de S. Martinho. Culmina a 195 metros e é a actual lixeira do Município da Praia.
Propriedade da <i>Nhanhinha</i> no vale da Trindade.	Sítio denominado de <i>Boncoi</i> (<i>Bom-Cae</i>). Corresponde a um vale completamente seco, mas que teve no passado regadio até princípios da década de sessenta.
Subida de <i>Gomeseanes</i>.	Zona que liga a Ponta-Cruz em Rui Vaz e São Jorge dos Órgãos. Sabe-se que <i>Gomeseanes</i> é referido na história de João, a lenda de <i>Gomeseanes</i> ainda é conhecida. (Semedo, p.5).
Ponta de Boa Vista.	Actual Liceu <i>Domingos Ramos</i> . Este mesmo sítio também foi denominado Monteargarro, dada a existência de um fontenário do século XIX que foi destruído para dar lugar ao edifício do actual Liceu.
<i>Taverna do Tio Tesoura</i> - «Botequim» (espaço onde as tropas combinaram a revolta e os escravos se reuniam).	Actual rua do Banco de Cabo Verde, (BCV), que faz «beco» com a sede da Câmara Municipal da Praia (junto ao palácio da Presidência da República).

Dos espaços referidos na **obra**, do ponto de vista de alguns críticos, destacam-se o ***Boncoi***, que se deduz tratar-se do *Sítio de B...*, a **Vargem da Companhia** e a **Vila da Praia**, pela sua importância na narrativa. Discutindo as opiniões de (Maria Elsa Rodrigues dos Santos, 1997:433-438) e (Manuel da Veiga, 1988:11-24), in Prefácio do romance *O ESCRAVO*, pudemos constatar dados muito interessantes.

Manuel da Veiga, no seu prefácio à obra, afirma que este romance «mais do que uma história de escravatura é uma saga de amor» porque João «é despedaçado mais pela dor de um amor impossível do que pelo sofrimento da condição de escravo». Elsa Rodrigues discorda, afirmando que: «...talvez isso aconteça ao nível pontual da diegese, mas no contexto, no sentido

da mensagem para que a obra aponta, por todas as implicações históricas que se podem deduzir, a passo e passo, este romance é, na verdade, a saga da escravatura, a saga das origens do povo cabo-verdiano face à sua condição de negro aculturado e crioulo e, enfim, a saga da miscigenação que em Cabo Verde foi ainda mais notável do que no Brasil, mas que em Santiago teve um processo muito mais lento e que se revestiu de aspectos muito dolorosos que resultaram ainda hoje ser Santiago a ilha de *ethos*, africano mais acentuado» (Maria Elsa Rodrigues dos Santos, 1997:435).

Assim sendo, a impossibilidade do amor de João por Maria seria a consequência da sua condição de escravo. Trata-se de algo tão tragicamente consequente que, mesmo depois de Maria dar a liberdade a João, ele recebe a alforria como uma dupla tragédia, pois toda a vida estivera dependente dos seus senhores, traz na pele o estigma da escravatura da qual, na sua geração, já não se poderá libertar. É dupla tragédia, porque, para além do vazio que lhe traz o novo estatuto de homem livre, ele exige que se afaste de Maria, a mulher que ama, dado que os preconceitos sociais se agudizam mais do que nunca, uma vez aberto por ele o jogo de amor.

Embora Manuel da Veiga tenha dito no prefácio (p:17) que a escravidão exercida pelo amor se sobrepõe àquela que é exercida pela condição de escravo, pois que quase todas as personagens sofrem de amor ou por causa do amor, ou seja, a cada personagem um amor diferente. Nota-se que ao citar a personagem Luiza: «A cor é um atributo do corpo, e não da alma; a cor é um indício do *paiz* e não do espírito» ... dizíamos, isto vem de encontro com aquilo que Elsa Rodrigues diz quando afirma que *o romance traz ainda outra implicação – o complexo da cor* e que a personagem Maria, apesar da sua elevada condição social, não é poupada nem pelos seus próprios complexos de cor, nem pelos conceitos racistas do *Senhor Lopes*, português que a deseja mais do que ama a bela mulatinha.

Por isso, Maria tem mais preconceitos em relação a um branco do que em relação a um negro, com quem não se importará de se unir, se ele for digno disso. Ora, nesta atitude de Maria, está mais um elemento a ligar-se a tantos outros do romance que anunciam a africanidade com valor positivo em oposição à negatividade do colonizador branco, segundo a autora.

A autora refere que esta bipolaridade é posta em confronto por João: «- Maldição! Oh! Maldição sobre os brancos, que primeiro vieram devassar nossos climas, que chamaram

selvagens a nossos costumes e que – despertando a ambição em nossos pais – os levaram a sacrificar seus filhos à posse de vis europeus! (...)» (*D’Almeida*, 1856: p.57) e cita de novo João, o protagonista, tal qual fizera Manuel da Veiga, como dissemos atrás: «A cor é um atributo do corpo e não da alma; a cor é um indício do país e não do espírito; a cor não obsta a que a nossa pele seja tão acetinada como a deles – nem a que possuam nossas mulheres olhos e dentes tão belos como os seus mais belos».⁴⁰

Este aspecto, segundo a autora Elsa Rodrigues aponta-nos para um fenómeno que irá desenvolver-se por todo o Cabo Verde, mais cedo nas Ilhas do Barlavento, desde fins do século XIX e princípios do século XX, que é o de que a diferenciação social não ter qualquer origem na cor, mas no próprio estatuto económico de cada um e, deste modo, chamar-se «Casa de branco» à casa rica independentemente dos seus proprietários serem mestiços ou negros e «casa de preto» à pertencente a uma família pobre, mesmo branca. Pelas razões já apontadas, em Santiago este fenómeno se processou mais lentamente do que em São Vicente e nas Ilhas de Barlavento.

Manuel da Veiga retrata também a *escravatura* vivida e sofrida pela Júlia, mãe do João e avó da Maria e diz que se em Luiza há rasgos de consciência que desvenda e denuncia a verdade da escravatura, em Júlia essa consciência é ainda mais aguda, talvez por ser ela a escrava que, na obra que mais sofreu a triste condição que lhe foi imposta, tendo sido escandalosamente humilhada pelo branco *Jerónimo Pimentel* que, de arma empunhada, a obrigou aos treze anos, a ser mãe de um filho que não queria gerar nas suas entranhas, porque, para além de não ter ainda idade para ser mãe, não queria manchar-se com a pouca vergonha do seu senhor. A este propósito, Elsa Rodrigues não coloca qualquer dúvida e diz que na verdade Júlia tinha razões muito válidas para conservar esse ódio, visto que o patrão Pimentel destruíra os seus sonhos de rapariga, o seu amor por Luís, reconhecendo que todo o emaranhado da acção e do relacionamento das suas personagens é revelado.

Manuel da Veiga (no Prefácio da obra) afirma que o autor de *O Escravo*, através da *fala* da escrava Luiza, dá-nos conta, que a cor da pele não é uma qualidade da alma, mas sim um atributo do corpo. Assim, diz-nos: «Percorrendo o texto e perscrutando o intertexto da obra de

⁴⁰ José Evaristo d’Almeida, *O Escravo*, p.57.

José Evaristo de Almeida, há algumas constatações que saltam à vista: a resistência do negro, a fraqueza do branco e o triunfo do mestiço...». Que a resistência dos escravos, designadamente, a escrava Luiza e o negro João, o sangue derramado, o chicote recebido, os maus tratos vividos foram sementes cujo fruto não serviu tanto de testamento nem para o opressor, nem para o oprimido. A opressão do branco esmagou o negro e a resistência deste enfraqueceu o poder e altivez do branco, segundo Manuel da Veiga, dessa confrontação, não resultou o «caos», mas sim um novo «logos» - a mestiçagem, a criouliidade. Para o autor, o mulato é tido como sujeito do «testamento» acima referido.

A grande mensagem de *O Escravo*, de acordo com Manuel da Veiga, parece ser o nascimento desse «logos»; diz-nos que o mestiço quando exerce a «escravatura» fá-lo com muito respeito, procurando dignificar-se quando trabalha e cultivar os segredos do coração quando ama.

O relacionamento de Maria com o escravo João parece ilustrar a afirmação atrás feita, pois é através das palavras daquela personagem ao reagir contra o atrevimento sentimental do Sr. Lopes, que melhor se dá conta da fraqueza do branco e do triunfo do mestiço, quando por exemplo, ela diz ao seu interlocutor (Sr. Lopes):

«(...). Julgastes que a mulata se sentiria orgulhosa por merecer as finezas de um branco. Entendestes que bastava uma palavra de amor, uma manifestação, um indício de estima, para que ela caísse rendida a vossos pés, agradecendo-vos, talvez a honra que lhe fazíeis de descer até ela. (...)».⁴¹

Assim, concluímos que Manuel da Veiga, no seu prefácio à obra, apresenta duas acepções: numa primeira acepção diz-nos que: «(...). A escravidão exercida pelo amor sobrepõe-se àquela que é exercida pela condição de escravo. (...)», (*D'Almeida*, 1856:p.17). Portanto, na sua óptica, o romance caracteriza-se mais por uma saga de amor do que por uma saga da escravatura. Numa segunda acepção refere que a resistência do negro na obra *O Escravo*, enfraqueceu o poder e a altivez do branco e fez triunfar o mestiço pelo nascimento de um novo «logos» - a **mestiçagem**, a **criouliidade**, que é a grande mensagem de *O Escravo*. Não obstante, a seguinte afirmação de Elsa Rodrigues, esta defende que o romance *O Escravo* é uma saga da

⁴¹ Idem, p. 46.

escravatura, uma vez que é impossível a concretização e vivência do amor entre o escravo João e a sua *senhora* Maria, que pertencem a classes sociais diferentes:

«A morte de João, ao ir salvar Maria das mãos de Lopes que, antes da sua fuga, perseguido pela multidão que se aproxima, lhe lança um tiro mortal e o beijo de amor de Maria que, no momento da morte de João, sela a única felicidade possível nesse instante derradeiro, revela, mais uma vez, a impossibilidade da concretização e vivência do amor entre pessoas de classes sociais opostas. Revela também, pela conclusão, que o único desfecho possível será a morte de João, o escravo»⁴².

Depreende-se, com isso, que em Manuel da Veiga, o negro resiste para vencer, enfraquecendo o branco e fazendo triunfar o mestiço, sendo que o romance, a seu ver, caracteriza-se mais pela saga do amor do que uma história de escravatura, enquanto em Elsa Rodrigues a diferença social sobrepõe-se à condição do amor, tornando-se assim impossível a sua concretização, retratando desse modo uma saga da escravatura. No entanto, ambos apresentam um ponto comum - «a criouliidade» na obra em análise.

De tudo o que se disse antes, queremos realçar assim a importância do contexto histórico em que o romance foi escrito e seu reflexo quer nas acções e destinos das personagens, quer nos movimentos que os mesmos efectuam no espaço. Na verdade, ao estudarmos o espaço numa perspectiva teórico literária, difícil se afigura ignorar toda a dimensão histórica e cultural, no papel que o romance ocupa, enquanto depósito de informações que remetem para a formação do homem cabo-verdiano.

Neste quadro, importa igualmente realçar que, na construção deste romance, se conjugam *elementos românticos* com *elementos realistas*, característicos das obras de ficção do século XIX. Há elementos românticos que se consubstanciam no retrato das heroínas, Maria e a escrava Luiza, como mulheres-anjo, possuidoras de admiráveis qualidades de beleza física e moral, capazes dos gestos mais elevados e o retrato do herói – o escravo João que, por amor, como já se disse, vai até às últimas consequências – a morte.

⁴² Elsa Rodrigues, *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas lusófonas*, p.436.

Nota-se, igualmente, a presença de *elementos realistas* que partem de fenómenos históricos, como o contexto social da Ilha de Santiago, o relacionamento do escravo com o seu senhor, o seu cruzamento dando origem à miscigenação, práticas de torturas ligadas à história dramática da escravaria em Cabo Verde bem como o conhecimento geográfico e a caracterização do solo e ainda o comportamento de soldados e oficiais na época histórica das lutas entre miguelistas e liberais.

Segundo Manuel da Veiga, o problema de expressão é patente na obra *O Escravo*. Isto, porque o veículo utilizado é a língua portuguesa mas a vivência e o conteúdo da mesma são recheados de criouldade, pois o seu autor não esconde a sua dificuldade quando ao querer reproduzir, no capítulo IV, um diálogo entre Luiza e João, diz:

«Tudo isto foi dito em crioulo: nós porém não estamos senhores dessa linguagem a ponto de poder referir, no dialecto empregado pelos dois interlocutores, a conversação que vai ter lugar. (...)».⁴³

Ainda no capítulo VI, José Evaristo d'Almeida continua a colocar o problema de expressão, quando afirma: «Dissemos que lamentamos não saber manejar a linguagem creoula, quando tratámos de reproduzir as phrases de Luiza não nos acontece ... o mesmo no que respeita ao crioulo dos homens...»⁴⁴.

Sendo certo que, pelo facto de o autor não poder comunicar em crioulo, ou seja, na língua materna do cabo-verdiano, a tradução incorre a fortes riscos de originalidade e mesmo com possibilidade de deturpação, o que muito lamenta José Evaristo d'Almeida, embora já no recuado ano de 1835 tivesse vivido e tido a consciência do problema.

Manuel da Veiga e Elsa Rodrigues referem-se à criouldade. O primeiro diz: «(...) mas a vivência e o conteúdo da mesma são recheados de criouldade.(...)». Elsa diz: «(...) este romance é, na verdade a saga da escravatura, a saga das origens do povo cabo-verdiano face à sua condição de negro aculturado e crioulizado e, enfim, a saga da miscigenação que em Cabo Verde foi ainda mais notável do que no Brasil (...)». «... o relacionamento do escravo com o seu

⁴³ José Evaristo d'Almeida, *O Escravo*, p.50.

⁴⁴ Idem, p.62.

senhor, o seu cruzamento, dando origem à miscigenação, práticas de torturas ligadas à história dramática da escravaria em Cabo Verde ...».

Para reforçar esta afirmação, citamos um excerto extraído de “No Reino de Caliban, vol. I” : «... O Brasil funciona como arquétipo de harmonia racial; no entanto, e sem qualquer inconfessado propósito demagógico, foi em Cabo Verde (...) que se logrou o mais alto grau de harmonia racial. Enquanto no continente africano se não foi além da criação de subculturas, e mesmo assim apenas nas zonas urbanas, o desencadeamento da miscegenação étnica e cultural em Cabo Verde conduziu a um singular fenómeno de aculturação (...).⁴⁵

Numa altura em que alguns críticos afirmavam que em Cabo Verde não se abordavam temas ligados à africanidade e à negritude, dedicando-se apenas aos problemas internos, eis que aparece um escritor (de origem portuguesa, residente em Cabo Verde) a tratar um tema, de certa forma, ligado à africanidade: **crioulidade** e **miscigenação**.

É José Carlos Venâncio quem afirma que: «...*A ausência de capital, (...), não permitiu que as diferenças rácicas se assumissem, na sua plenitude, como diferenças de classe. Daí que se tenha então verificado uma **mestiçagem**, quer **biológica**, quer **cultural**, particularmente que se constituiu em factor de diferenciação entre o colonialismo português e os seus parentes europeus ricos (...). Depois de Cabo Verde, talvez tenha sido Angola a possessão africana onde este “melting pot” rácico melhor proliferou. E isto porque ao longo de cinco séculos de colonização não se registaram mais do que dois ou três momentos em que a metrópole se mostrou realmente determinada a transferir tecnologia e capital para a sua colónia.*»⁴⁶

Segundo o mesmo autor, «...*Cabo Verde é um caso à parte no contexto das sociedades derivadas do colonialismo português. Não só porque se trata de ilhas que apresentam um elevado grau de miscigenação biológica e cultural,...* Quer isto dizer que o latifúndio como forma de exploração da terra e como factor de formação social não teve aqui a força que teve

⁴⁵ «No Reino de Caliban I», p. 66.

⁴⁶ José Carlos Venâncio, *Literatura versus Sociedade*, p.12-13.

em São Tomé, Angola ou Moçambique. Circunscreveu-se praticamente a duas ilhas do Sotavento: Fogo e Santiago.⁴⁷

«...uma obra literária vale pelo contexto que cumpre e que não tem qualquer cabimento compará-la com outra se não forem respeitados os respectivos contextos. Se no que diz respeito à literatura moçambicana encontramos a mesma dificuldade quanto à constituição do seu contexto, já o mesmo não podemos dizer da literatura cabo-verdiana. É que os cabo-verdianos não foram divididos em assimilados e indígenas pelo sistema colonial...». Mas se, de facto, é no último quartel do século XIX que a sociedade crioula toma consciência do seu valor, há todo um historial que lhe proporcionou tal façanha. Essa tomada de consciência, surge como corolário de um desenvolvimento histórico que recua; no caso de Angola, pelos menos à segunda metade do século XVII, altura em que A. De Oliveira Cadornega escreveu a sua *História geral das guerras angolanas* (Lisboa 1972, 2ª. ed.).⁴⁸

Em Cabo Verde reporta-se a 1841, data considerada como a primeira obra literária cabo-verdiana: *Elegia à morte das infelizes victimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noute de 25 de Julho de 1841*, de Antónia Gertrudes Pusich, mas publicada em Lisboa, para, em 1856, se publicar também em Lisboa, o primeiro romance de temática cabo-verdiana, *O Escravo*, de José Evaristo d'Almeida, português por muitos anos radicado em Cabo Verde, seguindo-se-lhe, volvidos quinze anos, aquele que seria o nosso primeiro poeta, Guilherme Dantas, que ganhou prestígio no imaginário ficcionista e poético cabo-verdiano, como o atestam juízos contemporâneos seus que a ele se referem com admiração e simpatia.

Assim, concluímos que, embora Cabo Verde se assemelhasse um pouco a Angola, no que tange à miscigenação biológica e cultural, ele apresenta características diferentes por se tratar de um arquipélago insular e Angola uma colónia dividida em etnias.

Desde os primórdios da literatura escrita, a temática cabo-verdiana prendia-se com questões da terra e não da africanidade e negritude. Por outro lado e pelo facto de o prelo, a escola e o seminário-liceu terem surgido primeiramente em Cabo Verde fizeram com que o Arquipélago ficasse numa situação privilegiada no que diz respeito à produção literária e a sua publicação, em relação às suas congéneres africanas de expressão portuguesa.

⁴⁷ José Carlos Venâncio, *Literatura e Poder na África Lusófona*, p.45.

⁴⁸ José Carlos Venâncio, *Literatura versus Sociedade*, p. 27, 85-86.

CAPÍTULO III

3.1 A dimensão simbólica do Espaço n' *O Escravo*.

De acordo com o exposto na introdução deste trabalho ao levantar o problema da actualização das referências espaço-temporais no romance *O Escravo*, despertou-nos interesse o valor simbólico de alguns espaços, sobretudo pela interferência ou influência das características do espaço na evolução do drama. Por isso, justifica-se na nossa perspectiva uma reflexão sobre a simbologia presente na relação entre a dimensão espacial e a tragédia.

N' *O Escravo* a primeira referência espacial é-nos dada no I Capítulo (**JOÃO – O ESCRAVO**), em que o autor faz uma abordagem das condições naturais, referindo-se à insularidade, aos aspectos sociais e culturais que caracterizavam a ilha de Santiago. Ele faz uma ligeira comparação da Ilha com a Europa, a nível do desenvolvimento e identifica o espaço como *Sítio de B...*, em 1835, localizado a pouco mais de meia légua distante da Vila da Praia da Ilha de São Tiago, uma das férteis ribeiras desta mesma Ilha, com uma descrição exaustiva das características física e ambiental. O contexto geográfico, segundo Manuel Veiga, *...situa a história num determinado espaço, reconhecendo-lhe aquilo a que podemos caracterizar como identidade ambiental*⁴⁹, distinguindo-os a seguir:

- *A casa de Cláudio Pimentel* (IV Capítulo), localizada no *Sítio de B...* (leia-se XVIII Capítulo – 1º. parágrafo) é uma outra referência simbólica da obra, não menos importante, onde os protagonistas agem e interagem na narrativa.

- *A casa na Vila da Praia*, (VI Capítulo), onde os escravos se reuniam e faziam *batuque*, espaço igualmente importante para a manifestação cultural e política (já que mais tarde seria a partir de reuniões, nesse espaço, que os escravos viriam a traçar a sua estratégia de revolta, em articulação com as tropas).

⁴⁹ Manuel Veiga, Prefácio do Romance *O Escravo*.

- *A Taverna do Tio Tesoura*, (IX Capítulo), junto à Igreja Matriz, no enfiamento do largo do Pelourinho da Vila da Praia, ode as tropas: sargentos, cabos e soldados, orientados por *Lopes*, faziam planos para derrubar o regime.

- Monte Vermelho – (XVI Capítulo) espaço da feiticeira Júlia, mãe do *escravo* João, que o tentava impedir de salvar os seus irmãos cativos, face ao tiroteio perpetrado pelos *brancos*.

- Vargem da Companhia, donde ecoava o *tiroteio* e se registou o confronto entre as *tropas absolutistas e liberais*.

- Quartel e habitação do *Prefeito*, (XVII Capítulo), espaços donde, respectivamente, saíra e se colocara uma escolta de dez homens, às duas horas da madrugada, do dia 22 de Março de 1835, para a *intentona* preparada por *Lopes*.

- Ao pé da Calabaceira – (XIX Capítulo), espaço onde se localizava uma árvore com o mesmo nome e deu lugar à luta entre o *escravo* João e *Sr. Lopes*, por este ter raptado Maria. Este espaço (onde viria a morrer o protagonista João como *herói*, ao salvar a sua *amada*) é tão importante ou talvez, mais importante que o *Sítio de B...*

Os *espaços símbolos* presentes na obra são:

- «*Sítio de B....*»;
- Vila da Praia; da Ilha de São Tiago;
- Subida de *Gomeseannes* – Boaentrada, Santa Catarina;
- Calabaceira;
- Fonte Ana;
- Taverna do Tio Tesoura;
- Propriedade de *Nhanhinha*;
- Casa de Cláudio Pimentel;
- Monte Vermelho
- Achada de São Pedro;
- Casa do batuque;

- Vargem da Companhia;
- Monte Tagarro;
- Ponta do Sol - Santo Antão;
- Ponta da Boa Vista.

A história começa e recomeça e, por vezes, há uma sobreposição de planos. Há o primeiro plano que é o da história a desenrolar-se nos limites do seu próprio horizonte temporal, e há o segundo plano que é do tempo da narração, o tempo da história, contada pelo autor/narrador. Porém, a sensação com que se fica é que, muitas vezes, há uma justaposição dos dois planos, sobretudo se tivermos em conta que a história se situa em 1835: ela reporta-se a 1797 com «a história da feiticeira» (capítulo VII); o narrador é o mesmo e parece ser do tempo da própria história, o que poderá significar que se trata de uma história vivida, sofrida por quem a narra. Assim sendo, estamos perante uma **analepse**.

O contexto geográfico é um outro aspecto de muita relevância à compreensão da obra, situando a história num determinado espaço reconhecendo a identidade ambiental. É assim que o autor desde o início da obra se refere ao espaço onde a mesma se desenrola e das suas características aludindo-se à seca das achadas, da aridez da Vila da Praia, da Ilha de São Tiago e ao «Sítio de B...», que provavelmente seja uma das férteis ribeiras desta mesma Ilha, onde diz não haver ameixeiras e pereiras, mas sim fartas laranjeiras, abundantes bananeiras, o cajueiro, o zimbrão, a norça, os tamarindos, as palmeiras entre outras plantas.⁵⁰

Perante este cenário o autor deixa antever a possibilidade de querer contar a sua própria história e não *fazer* ficção. A forma como o autor mostra conhecer os espaços que descreve

⁵⁰ Manuel da Veiga, Prefácio do Romance *O Escravo*.

Não há dúvidas de que a flora referenciada é um dos elementos caracterizadores que identificam e situam a história. Mas o autor, para ser mais preciso, inclui também a toponímia, e é assim que se refere ao Monte Vermelho, ao Pico d'Antónia, à Vila da Praia, à Ponta Temerosa, à Nora, à Fonte Ana, à Vargem da Companhia; à Santa Catarina, à Boaentrada, às Ilhas do Fogo, Maio e Santo Antão.

O enquadramento geográfico não deixa margem para dúvidas quanto à localização da história no espaço cabo-verdiano, particularmente na Ilha de Santiago.

*Porém, se o autor se recorre à geografia como um dos elementos caracterizadores da sua história, não se esquece do húmus social que forma e enforma a sua narração. É assim que fala da relação senhor/escravo, do relacionamento entre o branco, o negro e o mulato, as manifestações do batuque e do torno, dos instrumentos musicais típicos, o uso do Crioulo e do Português,...*⁵⁰

manifesta uma vivência e um olhar muito particular, sobretudo se considerarmos tratar-se de um autor em terra estrangeira.

3.2 Relação entre a dimensão espacial e a tragédia

A concepção d'*O Escravo* baseia-se na sociedade escravocrata dos finais do século XIX que condicionava a estrutura social, o comportamento e as relações que se estabeleciam entre os diversos personagens inseridos no universo imaginário. O romance inspira-se em acontecimentos históricos que se registaram em 1835 destacando-se, entre outros, O Batalhão Caipira e a sociedade escravocrata de outrora, evidenciando-se alguns espaços pela sua importância na vida real e que são retratados na narrativa. São os casos de Vila da Praia onde se deu a revolta social a 23 de Março de 1835 que assolou a Ilha de São Tiago. O plano do golpe traçado na Taverna do Tio Tesoura, contra os militares superiores e o poder político local que se verificou às 2 horas da madrugada do dia 22 de Março de 1835, liderado por *Sr. Lopes* e os seus três companheiros, que viria a dar lugar à *matança* a sangue frio no dia seguinte.⁵¹

Nota-se uma relação entre o **literário** e o que eventualmente teria acontecido na *realidade*, que talvez o autor do romance quisesse retratar na obra em análise. Assim, temos:

Vargem da Companhia - espaço donde ecoaram os tiros da tragédia militar entre a facção absolutista e a liberal. A provar tal afirmação, eis o que o narrador nos diz na página 132: «Após este passeio militar – graças ao qual muita coisa se pôde subtrair à rapina dos revoltosos – parte do batalhão marchou para a vargem da Companhia com os desgraçados oficiais...».

Monte Vermelho - espaço onde *João* fica a saber que a feiticeira *Júlia* é sua mãe. Aqui, ocorre uma “luta” entre *Júlia* e *João* (mãe e filho), quando este se prontifica acudir *Maria* que

⁵¹ «Durante a matança as pessoas abastadas da Vila tratavam de esconder alguns objectos de valor e punham-se a caminho sem saber para onde, deixando suas casas entregues aos escravos, aos quais muitos devem a conservação de algumas jóias, e várias peças de valor.

O saque começara com todos os excessos de que é capaz a soldadesca desenfreada. A Alfândega foi arrombada, fazendas e dinheiro tudo caiu em poder dos sublevados. Os escravos eram vítimas, pela sua fidelidade, dos brutais tratamentos dos soldados, pois estes ameaçavam-nos com a morte, para que declarassem aonde estavam escondidas as jóias e dinheiro. Alguns intimidados, descobriram tudo; a maior parte, porém se conservou firme em seus deveres. No entanto, o Prefeito que não pudera fugir, via-se abardado com as exigências dos revoltosos, os quais, como não achassem o que esperavam, faziam recair a sua cólera sobre aquele coração duplicadamente pungido pelo pranto de suas filhas.

Finalmente, nestes dias de ominosa recordação para Cabo Verde tudo quanto não pertencia ao batalhão, sofreu mais ou menos as consequências da revolta». Manuel da Veiga, *Prefácio* do romance *O Escravo*.

julga estar a precisar da sua ajuda. A *Júlia* interrompe-o com uma força diabólica e duma queda ela cai morta.

Calabaceira - espaço símbolo, talvez, o mais importante de todos porque é aqui que *Sr. Lopes*, fugindo com Maria e perseguido pelos escravos, trava uma luta *mortal* com João e este acaba por *morrer*. João antes de morrer, despede-se de Maria e diz: «... espero-te lá em cima... ali amar-me-às tu? Ah! diz... diz que sim... Maria, virgem pura... Maria, senhora da minha alma, um beijo... um beijo teu... em quanto vivo...».

A Achada de São Pedro é igualmente um espaço importante porque é por ali que o *raptor* Lopes galopando naquele liso terreno, chega a Calabaceira lugar onde existe uma enorme e *formosa* árvore com o mesmo nome, onde os passeantes que gozavam da sua sombra, gravavam os seus nomes.

Finalmente, a Vila da Praia é também importante, na sequência da tragédia, porque é dali que estando *Lopes* junto a Calabaceira, consegue *visiluar* uma multidão de pessoas cavalgando, proveniente do interior para o *perseguir*.

3.3 Relação entre o real (realidade social) e o literário da obra (ficcional):

Torna-se pertinente o estudo dos aspectos sócio-culturais e literários à compreensão da obra *O Escravo*, se nos reportarmos ao passado histórico das Ilhas de Cabo Verde, uma vez que a obra é um reflexo da sociedade escravocrata do passado que condiciona o comportamento e as relações entre as diversas personagens na intriga.

Confrontando o **real** (realidade social) e o **literário** (ficcional da obra), temos:

- Uma profunda coincidência entre o tempo e o espaço e, outras vezes, estas duas categorias da narrativa apresentam-se dissociadas;
- Uma sobreposição de planos, destacando-se um primeiro plano, que é o da história a desenrolar-se nos limites do seu próprio horizonte temporal, e há o segundo que é o do tempo da narração, o tempo da história contada pelo autor ou pelo narrador. Do nosso ponto de vista, os dois planos justapõem-se, sobretudo se atentarmos a que a história ocorre em 1835 e que

a sua publicação data de 1856, com um lapso de tempo entre as duas datas, que se nos afigura diminuto;

- Um «*flash back*». Podemos de certa forma aduzir que se trata também de um tempo da narração, caracterizado por narração intercalada, mais concretamente narração ulterior, segundo Carlos Reis. O tempo diegético subdivide-se em: *tempo psicológico* que é o tempo filtrado pelas vivências subjectivas das personagens, sendo também o referencial da sua mudança, *tempo histórico* e o *tempo do discurso* cujos exemplos são os seguintes excertos:

«...no princípio da noite de 20 de Março do ano a que nos referimos, estivessem – numa das poucas casas interiores pertencentes à dita taverna – alguns sargentos, cabos e soldados, formando grupos, sentados em frente de mesas de pinho, sobre as quais havia profusão de garrafas e copos». ⁵²

«Ser-nos-ia impossível seguir ao mesmo tempo a conversação de cada um dos três grupos; permita pois o leitor que o levemos à mesa onde a conversa parece mais animada, e que a presença de um velho conhecimento nos obriga a preferir». ⁵³

«- Afianço-vos que dos escravos nada temos que recluir; e por tanto se o temor dessa resistência era o único motivo que vos fazia vacilar, agora não tendes razão alguma para deixar de acolher o projecto que vos propus». ⁵⁴

«Era Lopes o que pronunciara estas palavras, dirigindo-se aos seus três companheiros». ⁵⁵

No Capítulo XVII, tem-se a seguinte afirmação do narrador: «E não cuide o leitor ser isto pura ficção de romance; nem tão pouco creia haver poesia na descrição que temos feito: por quanto infelizmente tudo aconteceu como deixamos relatado». ⁵⁶

⁵² José Evaristo d'Almeida, in *O Escravo*, p. 81.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem, p. 81-82.

⁵⁵ Idem, p. 82.

⁵⁶ José Evaristo d'Almeida, in *O Escravo*, p.133.

«Após este passeio militar – graças ao qual muita coisa se pôde subtrair à rapina dos revoltosos – parte do batalhão marchou para a vargem da Companhia com os desgraçados oficiais». ⁵⁷

Face a estas afirmações, ficamos com a sensação de que o narrador é do **nível extradiegético** porque se situa «**exterior**» à diegese que narra, colocando-se quase numa posição de **ulterioridade**. Ele é, pois, um narrador que relata uma história em que pode ter tomado parte ou não (v. **narração tempo da**) – *Dicionário de Narratologia*, Carlos Reis e Ana Cristina Lopes.

Segundo Arnaldo França, a parte final da obra “**Amor de Perdição**”, de Camilo Castelo Branco é igual à obra ***O Escravo***. Este romance foi escrito cerca de seis (6) anos antes daquele; portanto, não há hipótese de ter havido nenhuma ligação entre os dois, cuja semelhança se deve apenas, na sua óptica, às características românticas da época; aliás, a escritora (Elsa Rodrigues, 1991:437) refere que o triângulo amoroso entre Luiza/João/Maria faz lembrar a figura de Mariana em *Amor de Perdição*.

Numa leitura da intertextualidade com a obra ***Amor de Perdição***, de Camilo Castelo Branco, a personagem Simão, ao se dirigir a Mariana, nos derradeiros momentos de vida e já moribundo, diz: «Tu virás ter connosco; ser-te-emos irmãos no Céu... O mais puro anjo serás tu... se és deste mundo, irmã; se és deste mundo, Mariana...». Na obra ***O Escravo***, João em situação idêntica, ou seja, já prestes a *morrer*, diz à personagem Maria: «- Adeus!... espero-te lá em cima... ali amar-me-às tu? Ah! diz... diz que sim... Maria, virgem pura... Maria, senhora da minha alma, um beijo... um beijo teu... em quanto vivo...».

Do nosso ponto de vista da intertextualidade feita nas partes derradeiras das duas obras, existe uma supremacia de paixões e de amor, evidenciado pelas protagonistas Simão e Mariana em “Amor de Perdição” e João e Maria “n’***O Escravo***”, respectivamente, tendo em consideração os exemplos das “falas” das personagens atrás apresentadas. Inferimos, assim, que há uma certa semelhança entre essas duas obras que se caracterizam pela «presença» de uma paixão e amor «proibidos» jamais consumados.

⁵⁷ José Evaristo d’Almeida, in *O Escravo*, p.132.

CONCLUSÃO

O nosso trabalho teve como objectivo geral tentar fazer uma análise teórico-literária da obra *O ESCRAVO* numa visão espaço-temporal. Pretendemos identificar o espaço em que decorrem as acções do romance, reflectir sobre a importância dos espaços e o modo como os mesmos reflectem o plano ideológico, problematizar e ou questionar a partir da actualização das referências espaço-temporais, a simbologia presente na relação entre a dimensão espacial e a tragédia.

Confrontámo-nos com algumas dificuldades na elaboração deste trabalho, por um lado, porque se trata de uma obra publicada há mais de um século sendo, portanto, pouco conhecida no nosso meio e, por outro, devido a uma bibliografia incipiente nesse domínio. A necessidade do aprofundamento de algumas análises feitas anteriormente, nomeadamente através da explicação do título, da problematização das fronteiras entre o real e o ficcional, da análise do ponto de vista simbólico de cada um dos espaços, levou-nos a dar continuidade ao trabalho desenvolvido no Bacharelato, como forma de fazermos uma releitura do primeiro estudo.

A obra reflecte a vivência do povo cabo-verdiano no último quartel do século XIX, sendo que a escravatura em Cabo Verde é o pano de fundo da mesma obra e o seu autor demonstra um conhecimento profundo das questões políticas e sociais da época que abalaram a sociedade cabo-verdiana, particularmente os santiagueses. Nota-se, pois, uma certa coincidência daquilo que constituiu de facto a realidade no tratamento, por parte do colonizador, em relação ao escravo, com o que a obra efectivamente nos dá conta, o que prova que de facto o autor tinha um conhecimento profundo das questões políticas e sociais da época, como atrás aduzimos. Existe, portanto, do nosso ponto de vista, uma certa semelhança, para não falarmos de um acasalamento, entre o literário da obra e o real, ou seja, torna-se um pouco difícil dissociar o ficcional do cultural, se nos reportarmos às revoltas sociais registadas na Ilha de Santiago, por sinal, algumas são referenciadas no romance em análise.

O espaço geográfico do romance circunscreve-se aos arredores da Praia, fazendo referência ao longo da história a outras regiões como Lisboa, Guiné, Santo Antão, S. Nicolau, S. Domingos (América), Boa Entrada, Constatamos que todos os espaços referidos na obra, onde decorreu a história, correspondem a lugares localizáveis nos arredores da Vila da Praia

(actual cidade da Praia), e foram identificados pelo autor, exceptuando o *Sítio de B...*, que se situa a pouca distância dessa mesma Vila, dando-nos conta de que à data do relato, não era tão aprazível com as mudanças que sofreu e que lhe davam aparência de uma quinta europeia, tendo as novas culturas introduzidas provocado a degradação da paisagem.

O autor faz uma caracterização exaustiva do *Sítio de B...*, o que é próprio da corrente literária do **Romantismo** que na época vigorava, dando assim, um cunho muito especial à natureza e à paisagem. Fazendo intertextualidade com a obra *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, na parte derradeira deste romance, existe do nosso ponto de vista, uma supremacia de paixões e de amor, evidenciada pelas protagonistas: *Simão e Mariana em Amor de Perdição* e *João e Maria n'O ESCRAVO*, respectivamente, havendo, portanto, uma certa semelhança entre essas duas obras que se caracterizam pela presença de uma paixão e de um amor proibidos jamais consumados.

A concepção d'*O ESCRAVO* baseia-se na sociedade escravocrata dos finais do século XIX, que condicionava a estrutura social, o comportamento e as relações que se estabeleciam entre as diversas personagens inseridas no universo imaginário. O romance inspira-se em acontecimentos históricos que se registaram em 1835, destacando-se entre outros, *O Batalhão Caipira* e a sociedade escravocrata de outrora, evidenciando-se alguns espaços pela sua importância na vida real e que são referidos na narrativa. Nota-se, pois, uma relação entre o literário e o real que talvez o autor do romance quisesse referir na obra em análise.

Distinguímos como espaços símbolos na obra, o *Sítio de B...*, a *casa de Cláudio Pimentel*, a Vila da Praia, a *Taverna do Tio Tesoura*, Monte Vermelho, Vargem da Companhia, Calabaceira, Achada de São Pedro, entre outros. Daí, o confronto entre o real (realidade social) e o literário (ficcional da obra), notando-se, por vezes, uma coincidência entre o tempo e o espaço e, outras vezes, essas duas categorias da narrativa se apresentam dissociadas. Verifica-se uma sobreposição de planos, destacando-se um primeiro plano, que é o da história a desenrolar-se nos limites do seu próprio horizonte temporal, e há o segundo que é o do tempo da narração, o tempo da história contada pelo autor ou pelo narrador. Do nosso ponto de vista, os dois planos justapõem-se, sobretudo se levarmos em conta que a história ocorre em 1835 e que a sua publicação data de 1856, com um lapso de tempo entre as duas datas que se nos afigura curto.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Evaristo de, *O ESCRAVO*, 2ª.edição, 1988.

BRANCO, Camilo Castelo, *Amor de Perdição*, ed. Europa/América.

CEIA, Carlos, *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*, 1ª. edição, Editorial Presença, Lx., 1995.

CRISTÓVÃO, Fernando, **FERRAZ**, M^a de Lourdes, **CARVALHO**, Alberto (coord.), *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Edições Cosmos, Lx, 1997.

«**DICIONÁRIO UNIVERSAL LÍNGUA PORTUGUESA**», 5ª. edição, Nova Edição, Texto Editora, Ld^a., 5ª. ed., Lx, 1999.

DUARTE, Dulce Almada, *Bilinguismo ou Diglossia?*, 2ª. edição, col. «Ensaaios», Spleen Edições, Praia – Cabo Verde, 2003.

FERREIRA, Manuel, (Org. e sel.) «NO REINO DE CALIBAN», Vol. I., col. «Serra Nova», 1975.

FRANÇA, Arnaldo, *Panorama da Literatura Cabo-verdiana*, Vértice 55/Julho-Agosto, 1993.

FRANÇA, Arnaldo, in *Cabo Verde Insularidade e Literatura*, col. «O Nascimento e Reconhecimento de uma Literatura em Prosa», ed. KARTHALA, (coord. de Manuel da Veiga), 1998.

«**INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO**», *Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa*, Lx, 1986.

LARANJEIRA, Pires, *Estudos e Documentos*, col. «Novo Imbondeiro». ed. Ensaaios Afro-literários.

LARANJEIRA, Pires, *Língua e Literatura nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, ed. Ensaios Afro-Literários.

LARANJEIRA, Pires, *Literaturas angolana e cabo-verdiana: periodização*, in *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa, 1995.

MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre Literatura das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, col. «A Regra do Jogo», ed. Ensaios, 1980.

«NOTÍCIA COROGRÁFICA E CHRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE».

REIS, Carlos, **LOPES**, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*.

SANTOS, Maria Elsa Rodrigues dos, *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Edições Cosmos, Lx., 1997.

SANTOS, M^a Emília Madeira (Coord.), «HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE», Vol. II, IICT (Portugal)/INC (Cabo Verde), 1995.

SEMEDO, José Maria, *Espaço Geográfico no Romance «O Escravo»*, Revista Trimestral Pré-Textos, Ideias & Cultura n.º.0, Outubro/91.

SENNA, Manuel Roiz Lucas de, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde*, (1818), (Anotações e Comentários de António Carreira), 1987.

SOUSA, Henrique Teixeira de, *A Igreja e a Literatura em Cabo Verde*.

VEIGA, Manuel da, Prefácio do Romance *O Escravo*, Ed. Alac. Lisboa, 1988.

VENÂNCIO, José Carlos, *Literatura versus Sociedade*, 1^a. edição, col. «Palavra Africana», 1992.

VENÂNCIO, José Carlos, *Literatura e Poder na África Lusófona*, 1^a. edição, col. «Diálogo Convergência».1992.